

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

TERRITÓRIO E
HISTÓRIA NO
BRASIL

3ª edição


ANNA BLUME

UFRN

SISTEMA DE BIBLIOTECAS INTEGRADAS



SIGAA

2011024919

PARA O XAVIER

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I – GEOGRAFIA, HISTÓRIA E HISTÓRIA DA GEOGRAFIA | 19 |
| CAPÍTULO II – GEOGRAFIA HUMANA COMO HISTÓRIA TERRITORIAL | 35 |
| CAPÍTULO III – ESTADO E TERRITÓRIO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA | 49 |
| CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO COLONIAL E CONQUISTA DE ESPAÇOS | 61 |
| CAPÍTULO V – O ESTADO TERRITORIAL NO CONTEXTO PERIFÉRICO | 75 |
| CAPÍTULO VI – IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E PROJETOS NACIONAIS NO BRASIL | 89 |
| CAPÍTULO VII – GEOGRAFIA POLÍTICA E HISTÓRIA DA GEOGRAFIA NO BRASIL | 105 |
| CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL | 135 |
| CAPÍTULO IX – TERRITÓRIO, GLOBALIZAÇÃO E PERIFERIA | 147 |

INTRODUÇÃO

Vale começar com um pouco de história, mesmo que pessoal. O livro *Geografia. Pequena História Crítica* foi escrito em 1981, isto é, há vinte anos passados. Na época de sua redação vivíamos o início do processo de redemocratização do país, depois de outros quase vinte anos de vida numa ordem ditatorial-militar. Um clima de participação e de renovação animava a sociedade brasileira, tendo as universidades como locais privilegiados do debate político nacional.

Nos departamentos de geografia também começávamos a construir nossa “abertura”, que teve como marco o congresso da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) em Fortaleza, em 1978. Da resistência passava-se para a ofensiva, num movimento que se apresentava, ao mesmo tempo, como político e teórico.

Entre as tarefas que se punham como prementes, emergia a necessidade de recontar a história de nossa disciplina, como estratégia para alterar o conteúdo que lhe era atribuído, e no qual foi formada minha geração.

O acerto de contas com o passado e a busca de novos paradigmas metodológicos norteou o projeto teórico dos geógrafos progressistas no período. Um profundo e explícito debate ideológico rapidamente se constituiu no seio da geografia brasileira, expressando os diferentes posicionamentos filosóficos e partidários existentes na “frente política” que compunha a “geografia crítica”. Frente também rapidamente hegemonizada pela metodologia marxista, fato que não amenizava a grande diversidade de interesses e concepções presente em seu interior. Até por imposição de método, a dimensão histórica emergia como essencial para todo esse movimento de corte acadêmico.

Cabe salientar que tal situação também respondia a uma conjuntura vivenciada pela comunidade dos geógrafos no plano

internacional. A crise da “geografia tradicional” era fato incontestado, visível mesmo na parca literatura externa que nos chegava às mãos na época. E como dizia Carlos Walter Porto Gonçalves em texto contemporâneo: “viva a crise”.

Enfim, a vanguarda da geografia brasileira acompanhava no momento, *just-in-time*, as preocupações mais avançadas da reflexão geográfica mundial.

Nosso isolamento intelectual permitiu que gerássemos naquele processo uma crítica própria e autóctone aos paradigmas tradicionais e às propostas metodológicas que se confrontavam com a orientação “de esquerda” assumida pelo movimento renovador no país. Por isso, a obra seminal desse processo – *A Geografia Serve, Antes de Tudo, para Fazer a Guerra*, de Yves Lacoste – não caiu na geografia brasileira como uma bomba inovadora, do mesmo modo como ocorreu em outros países. Aqui, ela reforçou e conviveu com uma perspectiva crítica que preexistia a ela. Enfim, gerou-se um pensamento autônomo que se valia mais de suas próprias polêmicas e debates do que do recurso à citação de mestres estrangeiros como forma de legitimação das proposições.

E conseguimos elaborar uma literatura variada e rica que pontuou os trabalhos da geografia brasileira na década seguinte. Entre os campos salientados em tal agenda estava o resgate da história do pensamento geográfico.

Em minha dissertação de mestrado, defendida em 1983 no DG/USP (Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo),¹ apresentava a proposta de realizar tal tarefa articulando procedimentos da epistemologia, da história da ciência e da sociologia do conhecimento, num encaminhamento teórico presidido por uma concepção lukacsiana. A proposição feita indicava a seguinte articulação:

– O enfoque epistemológico abordaria as obras normativas centrais da reflexão geográfica moderna, analisando os textos em sua coerência, em suas estruturas argumentativas, na elucidação

1. *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/ USP, 1983.

dos conceitos empregados, enfim, tomando diretamente o discurso como objeto de investigação;

– a perspectiva da história da ciência analisaria as “escolas” de pensamento na geografia, enfocando as instituições que as abrigavam, identificando as linhagens acadêmicas e as filiações teóricas, assim como os veículos de divulgação das várias teorias;

– finalmente, a sociologia do conhecimento teria por universo de análise os contextos sociais de formulação das idéias, investigando os interesses, os conflitos e as concepções vigentes na sociedade que inspiraram e se projetaram nos discursos geográficos.

Esta proposição buscava fugir da dicotomia entre internalismo e externalismo na análise dos discursos científicos, e também rejeitava a ótica factual e o biografismo que orientava boa parte dos estudos de história da geografia. Quanto a esse último ponto, já no trabalho mencionado, sugeria a distinção entre “pensamento geográfico” e “geografia” (*stricto sensu*), visando alargar o campo de investigação a ser analisado para além da mera história da disciplina.

Tal diferenciação foi, contudo, mais bem precisada no livro, editado em 1988, *Ideologias Geográficas*.² Ali, discutindo de modo mais sistemático o tema da representação e da consciência do espaço, diferenciava três níveis de abordagem, a saber:

– o do “horizonte geográfico”, que circunscreve o campo da geografia “espontânea” do cotidiano, analisando o conhecimento do senso comum, as idéias e representações do “espaço vivido” e das informações geográficas do indivíduo comum;

– o do “pensamento geográfico”, abarcando os discursos escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da Terra, analisando as formulações literárias, filosóficas e científicas interessando o temário coberto pelas questões analisadas pela geografia, enfim, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre;

2. Antônio Carlos Robert Moraes. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

– o das “ideologias geográficas”, abordando uma classe mais restrita de discursos, contida no conjunto anterior, a das representações com um direcionamento político explícito, seja orientado para a produção do espaço material, seja referido à própria construção de juízos e valores que conformam as próprias formas de consciência sobre o tema.

Nessa visão, a geografia acadêmica é tomada como uma “modalidade” de pensamento geográfico, podendo constituir também um veículo específico de diferenciadas ideologias. Portanto, o estudo da história do pensamento geográfico ultrapassaria em muito os discursos do campo disciplinar, tendo como meta explícita analisar os temas geográficos presentes em outros tipos de representações discursivas (na literatura, nos discursos políticos e, mesmo, em outras disciplinas acadêmicas). Animava tal visão o entendimento de que – no Brasil – as mais eficazes ideologias geográficas não se apresentaram sob a rotulação explícita de “geografia”, e circunscrever as análises aos textos gerados no âmbito disciplinar redundaria em perder os mais importantes discursos norteadores da produção do espaço brasileiro e da própria produção das representações hegemônicas deste espaço. Sair da geografia (*stricto sensu*) era, assim, uma estratégia teórico-metodológica explícita.

Vale assinalar que na proposta mencionada a geografia cultural, posta como o *locus* básico da discussão referida, assume dimensão de discurso “metageográfico”, ao tomar a própria produção teórica da geografia acadêmica como objeto de sua análise e interpretação. Isso permite avaliar o discurso geográfico numa ótica de externalidade, ao mesmo tempo que, alocando a análise internamente ao campo da geografia, não se perde de vista a relação deste – enquanto representação – com outros processos sociais de interesse da disciplina (com destaque, o de produção do espaço material). Ao orientar tal análise para o universo do estudo das ideologias, assimilava-se também a dimensão política requerida pelo método que sustenta toda a formulação apresentada, a qual terminava com o delineamento de uma agenda de estudos para a história do pensamento geográfico brasileiro que salienta o levantamento das principais ideologias geográficas na formação histórica do Brasil.

Foi com base nessa agenda que organizei uma linha de pesquisa na pós-graduação do DG/USP, onde venho trabalhando ao longo dos anos 90. O conteúdo e os objetivos teóricos de tal trabalho estão em parte expressos no presente livro (onde aparecem citadas as dissertações e teses produzidas até o momento). O próprio título adotado já manifesta a relação básica buscada, e ainda insinua algo de uma filiação teórica presente no trabalho. Neste texto, é bastante acentuada a necessidade de captar a singularidade do estudo proposto no contexto brasileiro, o que implica pautar autonomamente nossa agenda de pesquisa, sem recorrer ao balizamento dado pela história do pensamento geográfico em outros países.

Em minha opinião, perduram algumas questões historio-geográficas básicas para a história do pensamento geográfico e da geografia no Brasil, que os estudos recentes permitem visualizar com maior nitidez:

– de início, a geografia (ou geografias) do período colonial como um todo resta ainda como um campo quase inexplorado, seja no que toca às narrativas e roteiros de viagens,³ seja no que importa ao ensino da disciplina nos colégios jesuíticos. Toda uma geopolítica implícita em vários movimentos e acontecimentos de nossa história colonial não foi ainda investigada. A documentação colonial local não foi lida na ótica da história do pensamento geográfico brasileiro;

– no que tange ao século XIX, o campo para investigação inédita também é bastante vasto, a começar pelo discurso geográfico das figuras centrais da política imperial (como, por exemplo, numa ponta o próprio patriarca José Bonifácio, e na outra os publicistas republicanos). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ainda se encontra à espera de pesquisa sistemática da sua produção, assim como várias instituições e autores das províncias. O discurso geográfico praticado nas faculdades de direito, medicina e engenharia no período também aguardam tratamento sistemático;

3. Werner Holzer. *Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI*. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1998.

– quanto ao período pré-universitário da geografia brasileira, o dos “protogeógrafos”,⁴ continua a meu ver em aberto a clara identificação de quais discursos podem ser qualificados nessa categoria. Enfim, ainda se sustenta a questão de quem são os “geógrafos” brasileiros antes da plena institucionalização da geografia no país. Serão os bacharéis de direito leitores de Ratzel? Ou os “engenheiros-topógrafos” egressos das escolas politécnicas? Ou ainda os “engenheiros-militares” envolvidos com o levantamento cartográfico das zonas de fronteira? Ou os intelectuais médicos que discutem a relação homem-natureza? Ou os professores de geografia dos liceus?;

– no que importa à própria geografia “institucionalizada” (pós-anos 30), a atuação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) merece acompanhamento mais sistemático. O Conselho Nacional de Geografia nunca conheceu um estudo historiográfico, e mesmo a história da AGB foi pouco esmiuçada. Na geografia escolar ainda resta muito a pesquisar, seja no que se refere aos currículos praticados, seja quanto aos livros didáticos utilizados. Vários personagens centrais da geografia universitária deveriam ser objeto de monografias. A presença de geógrafos no planejamento do território brasileiro também aparece como interessante campo de investigação;

– e, finalmente, a história recente não deve ser esquecida na agenda a ser estabelecida. A relação dos geógrafos com o golpe militar e o regime instalado em 1964 emerge como tema importante de pesquisa, analisando tanto os cooptados quanto os perseguidos. Também cabe examinar essa presença na resistência e no combate à ditadura, em que o próprio movimento de renovação do campo disciplinar se apresenta como objeto de investigação, com uma história acumulada que já propicia interpretações. As ideologias geográficas manifestadas no processo (e no texto) de elaboração da Constituição de 1988 exemplifica outro universo de estudo. E, com destaque, o recolhimento de depoimentos e a organização de acervos documentais recobrem outro ponto de suma importância para a pauta da agenda.

4. Na definição de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1980.

Enfim, o horizonte de trabalho para o campo de conhecimento a que nos dedicamos é amplo e, em grande parte, ainda inexplorado na perspectiva específica aqui discutida. Tal constatação talvez afirme a necessidade de eleger prioridades e delinear recortes neste vasto universo de pesquisa. Nesse sentido, uma proposta agora possível de ser feita é voltar à geografia (*stricto sensu*), fazendo uma história social da disciplina. Isto é, sem descuidar dos importantes estudos acerca do pensamento geográfico no país, partir para o levantamento e análise sistemáticos da formação deste campo disciplinar no Brasil. Eis uma priorização interessante para um projeto coletivo.

Finalizando, vale explicitar a finalidade última que anima minha atuação nesse campo, apresentando o objetivo buscado em meus trabalhos. Minha meta teórica é entender o Brasil, esclarecendo as determinações geográficas de sua formação, entendendo a geografia como materialidade e como representação. Estou convencido de que a dimensão espacial recorta uma determinação básica de nossa história, e que a geografia tem grande centralidade explicativa nesse contexto. Busco, assim, articular a consciência do espaço, as ideologias geográficas, as políticas territoriais e o espaço produzido, numa circularidade recorrente, tendo por objeto a formação histórica brasileira. Tal objetivo orienta caminhos, define interlocuções, elege temas.

São Paulo,
maio de 2002

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E
HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

Vale iniciar afirmando a necessidade de bem caracterizar os dois campos disciplinares – história e geografia – e de bem equacionar suas relações e articulações. Em outros termos, cabe delimitar com clareza o universo de investigação focado e explicitar as motivações teóricas de seu estudo, evitando o fascínio do empirismo historiográfico, postura com possibilidade de ampla difusão num campo ainda pouco explorado no que toca a levantamentos empíricos como o da história da geografia no Brasil.

De imediato, recusam-se as visões tradicionais mais recorrentes da relação enunciada:

– da parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção herderiana de ver a Terra como “palco” das ações humanas;

– da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a “geografia como história do presente”.

Nestas duas visões, na verdade, se dissociam radicalmente os campos ao tentar relacioná-los. Na primeira visão, a geografia é uma espécie de *ante-ato* da história, um mundo de plena naturalidade, a partir do qual (e na relação com o qual) os grupos humanos vão construir suas culturas. O geográfico (confundido com o natural) é, portanto, concebido como a qualidade do que antecede o trabalho humano, uma matéria-prima para a história. Na segunda visão, a geografia é posta como uma realidade *pós-histórica*, o domínio de uma atualidade que só pode ser apreendida funcionalmente, isto é, cujo sentido escapa aos contemporâneos, logo, à reflexão da história. A análise geográfica seria, então, este prolongamento funcional da abordagem histórica. Urge, portanto, repensar as articulações entre a história e a geografia.

Pode-se iniciar esse exercício com algumas questões de fundo, que envolvem posicionamentos metodológicos prévios à labuta historiográfica; por exemplo:

– A história da geografia estudada na ótica disciplinar de um historiador seria igual à da análise conduzida por um geógrafo?

– Que papel deve ocupar a história numa teoria geral da geografia, e que papel deve ocupar a geografia numa teoria geral da história?

– As mediações geográficas e as mediações históricas têm o mesmo peso na explicação da história e da história da geografia? Por quê?

Perguntas dessa natureza poderiam ser multiplicadas, reforçando a necessidade de muitas explicitações teóricas antes de mergulhar nas pesquisas empíricas do amplo universo de investigação que se abre para a análise historiográfica da reflexão e da prática geográficas brasileiras. Para evitar a vaguidade e a indeterminação epistemológica, não se pode fugir de alguns destes questionamentos, que envolvem respostas elaboradas no plano dos métodos (fato que alerta, de imediato, para a variedade de respostas possíveis).

Para começar, emerge com destaque a questão conceitual, que tem sido tratada com certa liberdade nos estudos da história da geografia no Brasil, como o uso recorrente de conceitos vagos ou mesmo de palavras nem sequer conceituadas. Além disso, a caracterização mesma do objeto de análise – a “geografia” – padece de melhor identificação nos trabalhos dedicados a sua história no Brasil. Pois ora se enfoca a construção da geografia material do território brasileiro como tema, ora são os discursos construídos acerca desse processo o objeto de interesse, ora, ainda, é a linguagem de que são portadores. Enfim, reina também certa confusão ontológica no campo em tela.

Sem querer estabelecer marcos, mas para abrir a discussão, apresento a seguir algumas posições teóricas e algumas indicações analíticas com as quais venho trabalhando, e que servem para iniciar um debate. Começemos pelas premissas:

– Em primeiro lugar, cabe assinalar que o universo da história é, a meu ver, muito mais amplo que o da geografia, e que, nesse sentido, a própria geografia é vista como um produto da

história. Seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidades, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo incluem-se na história, não podendo portanto reportar-se a ela como um *outro*. Tal alerta é importante num momento em que o historicismo é considerado por alguns autores pós-modernos como o grande empecilho ao desenvolvimento da análise espacial no âmbito das teorias sociais críticas (Edward Soja chega a propor um “materialismo geográfico” profundamente anti-historicista).¹ Aqui, reafirma-se a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, entre eles os referentes à geografia;

– Explicitando uma concepção do objeto, por geografia deve-se diferenciar uma realidade fáctico-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico).² Tendo claro assim que a geografia material é o objeto primordial (porém não o único) das representações geográficas, e que estas retroagem – como referências teleológicas – na construção das materialidades na superfície da Terra. Assim, a valoração simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e a produção do espaço processos guiados por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar;

– Os discursos geográficos – no sentido mais amplo do termo (discursos referidos ao espaço terrestre) – variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, com *epistemés* próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana.³

1. Edward Soja. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

2. Essa distinção é bem trabalhada por Marcelo Escolar em *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996. Este autor lembra que, enquanto os historiadores diferenciam “história” e “historiografia”, os geógrafos usam o mesmo termo para denominar o objeto de análise e o discurso acerca deste objeto, nomeando ambos como “geografia”.

3. Ver: Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Nesse sentido, qualquer olhar geográfico já se exercita em uma concepção que sofre determinações históricas, qualquer leitura da paisagem sendo densa de uma temporalidade própria. Se assim é já com os elementos da percepção e da intuição, com muito mais vigor as determinações históricas exercitam-se sobre a elaboração das idéias e a produção dos textos, produtos também de um raciocínio que não foge a tais condicionantes temporais. O conhecimento científico sobre o espaço terrestre e sobre seu uso bem exprime essa qualidade.

A geografia, tal como concebida nos parágrafos anteriores, emerge em todas as épocas históricas e em todas as sociedades, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar as suas geografias.

Os critérios de diferenciação e os parâmetros de contextualização podem ser variados, cabendo portanto bem especificá-los teoricamente. Um, de bastante eficácia, distingue o conhecimento oral do escrito, dando uma das bases de diferenciação entre o saber popular e o saber erudito. No primeiro campo alocam-se os conhecimentos geográficos do senso comum e dos povos sem escrita (a geografia espontânea do cotidiano, a geografia tradicional fantástica, etc); no outro campo agrupam-se os discursos que se amparam em registros, os quais implicam o atendimento a normas e padrões hegemônicos que legitimam e qualificam os enunciados e os textos. Os parâmetros de tal legitimação são, como mencionado, históricos, amparados numa mentalidade reinante.

As formas de apresentação dos discursos geográficos acompanham a variedade dos estilos pelas épocas e culturas: relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, poemas, mitologias. A designação de “filosofia” tenta agrupar os escritos de maior densidade lógica e reflexiva, sendo durante séculos – no âmbito da cultura ocidental – a forma mais elevada de identificação do saber erudito, a que buscava explicar seus próprios fundamentos

de reflexão, adquirindo assim uma qualidade de sistematicidade progressiva e de controle lógico dos enunciados, que se mantêm até a atualidade. Nesse percurso, a “ciência” aparece como uma forma tardia e recente de apresentação do conhecimento legítimo. Uma forma associada à emergência da economia-mundo capitalista, e datada na época moderna, um resultado e uma alavanca da modernidade, da qual é um dos elementos caracterizadores. Uma determinada concepção laica de razão – a razão objetiva, ou racionalismo – aparece inicialmente como um pressuposto dessa forma específica de saber: o conhecimento científico.

Discutir o discurso geográfico enquanto ciência é, portanto, fazer uma delimitação bem restritiva, em termos históricos e culturais, acatando várias particularizações. As geografias espontâneas do cotidiano e o saber geográfico incrustado em mitos e na literatura ficam de fora dessa orientação, que exprime uma *epistémé* própria – em termos genéticos – da cultura ocidental (cuja difusão se opera na ocidentalização do mundo).⁴ Uma datação seletiva também se impõe, definindo o universo dos dois últimos séculos. Assim, trabalha-se o pensamento ocidental e o período posterior ao final do século XVIII como limites do horizonte de investigação eleito.

Mesmo assim, a diversidade ainda impera no universo de análise, pois o discurso geográfico aflora em vários campos disciplinares nascentes ou recentes na época-limite mencionada: na botânica, na geologia, mas também na economia política e na teoria do direito. Nesse emaranhado de campos do conhecimento científico, um critério passível de utilização (e de críticas, dado ser um parâmetro formal) é o próprio uso do termo *geografia* na autolocalização das obras, dos autores, das teorias e das instituições que comporiam a comunidade dos “geógrafos”. Afinal, geografia é um termo que acompanha a cultura ocidental desde a Antiguidade Clássica, adquirindo na Época Moderna conteúdo específico, associado à idéia de “ciência”.

Emerge, então, no final do século XVIII, uma “geografia científica” ou “moderna”, tendo por fontes variadas influências e inspirações, em sua maior parte extrageográficas.⁵ A partir daí,

4. Serge Latouche. *L'occidentalisation du monde*. Paris: La Découverte, 1989.

5. Ver: Horacio Capel. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

toma-se por “geografia” os estudos que assumem tal qualificação.

É esse conjunto mais restrito de formulações – que busca estabelecer uma “ciência geográfica” – que consolida ao longo do século XIX uma tradição acadêmica, no sentido bourdieuano, criando um campo disciplinar razoavelmente autônomo (pedagógico, de pesquisa, e universitário) e uma comunidade de especialistas (com suas linhagens teóricas e com uma linguagem próprias). E é essa proposta de geografia-ciência que se difunde com a própria ocidentalização do mundo. Cabe, contudo, ter em conta que tal campo (e tal rótulo) não abarcam todas as possibilidades do discurso geográfico como ciência. Vários projetos disciplinares do século XIX conflitam com a pretensão da geografia de circunscrever um campo exclusivo (basta pensar na contundente crítica de Émile Durkheim à “geografia humana” de Vidal de LaBlache, vista como subcampo da nascente sociologia por ele denominado de “morfologia social”).

Assim, amparado nas teorizações de Pierre Bourdieu,⁶ pode-se analisar a “geografia moderna” como o projeto de um campo científico singular, com sua história própria, que logra legitimação e institucionalização por caminhos variados e com uma cronologia específica de país a país, porém remetendo a filiações e paradigmas comuns, que acabam por conformar um corpo de especialistas (uma comunidade ou corporação) que cria e implanta estratégias de reprodução desse campo. Entre elas a difusão da própria geografia-ciência pelos diferentes quadrantes do globo como a forma legítima de estudar os lugares terrestres.⁷

Cabe salientar, como uma particularidade bem demarcada deste campo, a precoce e fortemente articulada organização de “escolas nacionais” de geografia. Isto é, a rede de instituições geográficas se organiza em marcos nacionais, num quadro em que as distintas teorizações são identificadas por países, mais do que por fundamentos de método. Os conceitos e as teorias apresentam-se com denominações nacionais: a geografia “alemã”, a “francesa”, a “norte-americana”, etc. Propõe-se, portanto, uma leitura nacional

6. Pierre Bourdieu. O campo científico. In: Renato Ortiz (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

7. Horacio Capel. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geocrítica* 8/9, Barcelona, 1977.

de seu próprio espaço e do mundo. Tal fato explica-se, em muito, pelas aplicações prático-políticas do conhecimento geográfico na divisão de espaços e delimitação de fronteiras.

É interessante assinalar que uma proposta teórica surgida em contextos políticos que conheceram dificuldades para constituir o Estado (tendo a Alemanha como caso paradigmático)⁸ acabou convertendo-se em forte mecanismo de legitimação dos Estados já consolidados. Isto é, uma proposta que trazia no bojo a instauração da unificação nacional num contexto de capitalismo tardio foi assimilada como elemento difusor da forma básica de unidade político-espacial no centro do capitalismo: o *país*. Uma realidade espacial (material e simbólica), à qual corresponde uma jurisdição de poder, cujo titular máximo é o Estado.

Nos países centrais, ao longo do século XIX, a geografia passa a ser (ao lado da história) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção da extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existente, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao reforço do sentimento de a ele também pertencer. Como parte desse conjunto nacional: o *povo*. Como bem acentua Marcelo Escolar, o ensino da geografia tem sido um processo ininterrupto de “doutrinação patriótica”, isto é, de inculcar nas pessoas um sentimento de pertencer a uma unidade política de base espacial.

Além dessa função precipuamente ideológica, ainda internamente aos países, o conhecimento geográfico apetrecha progressivamente os órgãos administrativos e os escritórios do Estado com informações e interpretações acerca dos lugares e dos fluxos ocorrentes no território, capacitando-os para decisões locais e geoestratégicas. Tal função cresce com a própria complexização da administração pública, tornando o controle informacional um elemento estratégico chave nas estruturas estatais modernas. E a geografia garante sua presença (pelo viés estatístico, mas também pela ótica geopolítica) na composição dos aparatos de logística, por exemplo nos sistemas militares. E a geografia vai

8. Ver: Antônio Carlos Robert Moraes. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1989.

deixando de ser apenas um elemento do aparato de formação da cultura, para incrustar-se com maior ênfase nos órgãos diretos de gestão política.

Assim, podemos dizer, com Jean Gottmann, que os interesses de cada Estado se expressam em suas geografias.⁹ E, como em outros campos igualmente estratégicos (como o direito, ou a história), os conceitos e teorias buscam explicar, justificar, enfim universalizar fatos (e juízos sobre fatos) densos de interesses e enfoques particularistas (de corte nacional, por exemplo). A demarcação de fronteiras aparece como um bom exemplo de doutrinação e, ao mesmo tempo, de luta ideológica (quando se examinam os discursos dos lados confrontantes). A meta máxima da ação hegemônica é sacralizar a “fronteira natural”, a construída pela natureza (fora da história). Na prática, a maior parte das fronteiras existentes hoje no mapa político do mundo foram definidas militarmente, ou por acordos de forte imposição militar. *Post festum*, a geografia pode intervir, até mesmo apontando o acerto (e a harmonia) euclidiano de linhas traçadas *manu militari*. Boa parte da literatura geopolítica são tentativas de acertos de contas *ex post* de domínios territoriais efetivos e consolidados.

Contudo, a comunidade dos geógrafos não olha apenas para dentro de suas fronteiras. Por excelência, todo o globo é o objeto da disciplina. O que faz com que as escolas nacionais de geografia criem programas, conceitos e teorias para analisar e explicar o resto do mundo: desde seus vizinhos imediatos até as localidades mais distantes, situadas do outro lado do mundo. Esse “recriar” o mundo longínquo a partir de sua cultura já foi bem estudado por vários autores.¹⁰ E essa recriação veicula projetos de relação, e, não poucas vezes, de dominação. A qualificação do outro é geralmente valorativa e negativa, a comparação impondo a cultura ocidental como parâmetro positivo.

9. Jean Gottmann. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

10. Ver: Edward Said. *Orientalismo (o Oriente como invenção do Ocidente)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; ou Tzvetan Todorov. *La conquista de América. La cuestión del otro*. México: Siglo XXI, 1987.

A teoria evolucionista da história – da qual a geografia humana é herdeira direta – aparece como a mais bem-sucedida teorização para equacionar a questão da desigualdade dos povos e das culturas, assumindo um percurso único entre a barbárie e a civilização, que permite classificar um dado grupo social por seu “estágio” no “processo evolutivo”. Também as grandes religiões cumpriram papel destacado na difusão e consolidação dessas hierarquias entre lugares e sociedades (como bem conhecido na expansão do mundo colonial, o missionário se faz acompanhar do soldado e do comerciante em todos os quadrantes da Terra). E cada país do centro passa a construir sua geografia do mundo, projetando seus interesses nacionais de expansão territorial e gerando um discurso geográfico próprio, legitimador de tais interesses.

A relação entre a geografia européia e o colonialismo do século XIX é siamesa. Trata-se de gerar um levantamento exaustivo dos lugares do mundo extra-europeu, identificando riquezas potenciais (recursos naturais), caminhos e obstáculos à penetração capitalista nestes distantes rincões. A produção elaborada não deixa dúvidas quanto à sua destinação primeira; todavia, quanto mais aparentemente distanciada de objetivos materiais imediatos era conduzida a investigação buscada, tanto mais resguardado o caráter “científico” do empreendimento realizado. Daí, as diferentes teorizações de corte nacional, cada uma fornecendo argumentos para legitimar a repartição européia do mundo. Abre-se aqui o rico tema das geografias coloniais, ainda não suficientemente estudado pelos historiadores da geografia nos países centrais.

Tais geografias não podem de modo nenhum ser confundidas com as geografias geradas nas colônias, isto é, as impulsionadas por interesses autóctones. Estas são movidas por outras determinações históricas, respondendo a processos historicamente particulares. Contudo, a distinção não nega relações e intercâmbios de parte a parte. É óbvio que, até hoje, as antigas metrópoles resguardam-se o direito de definir o padrão “culto” e o formato adequado dos estudos, possuindo para tanto um amplo aparato de cooptação e doutrinação acadêmica destinado à “formação e ao auxílio” aos geógrafos do “Terceiro Mundo”. Tais redes fazem parte da hierarquização entre os lugares, e definem centros teóricos hegemônicos em todos os campos do conhecimento científico, comumente localizados nos países centrais.

Tal jogo complexiza a análise da história da geografia produzida no contexto colonial e periférico, pois se multiplicam os potenciais narradores e as eventuais versões: a ótica da geopolítica metropolitana é uma, que expressa a visão imperial e os compromissos básicos do Estado no centro; já a abordagem da administração colonial é outra, menos doutrinária e mais plástica; o grande senhor colonial, ou os “homens bons” locais (reunidos na câmara) podem apresentar outra visão, ao veicular diferentes interesses; um diplomata de outro reino, com certeza, observará aspectos ímpares; bem como um capitão-do-mato que, porventura, deixe testamento escrito. Enfim, é nesse emaranhado de narrativas que se vai tecendo a geografia das colônias e das áreas periféricas, num processo em que as academias “legítimas” (as Sociedades de Geografia, os Institutos de Além-Mar, etc.) selecionam e classificam o material digno de receber uma leitura “científica”. O restante tem por destino alimentar a literatura do exótico e os museus de folclore.

Constroem-se, assim, várias geografias europeias do mundo extra-europeu, cada uma projetando áreas de interesse e originando interpretações dos domínios territoriais pouco consolidados. Tais regiões de soberania difusa geralmente não aparecem nos mapas como países, mas como “civilizações” ou mesmo por simples localização geográfica (por exemplo: Arábia, ou Barbaria, ou Ásia Central). Já as colônias consolidadas geralmente conhecem estudos sistemáticos de geografia, feitos nos padrões científicos utilizados na metrópole. Contudo, mesmo aí, zonas de incerteza permanecem, as quais serão o objeto primordial das expedições geográficas do século XIX. A existência de áreas isoladas e desconhecidas dentro de seus domínios aparece como mácula para qualquer geografia nacional europeia da época. Daí, o devassamento científico do mundo colonial.

Interpretar a história desse processo não é trivial. Não se trata de mera labuta historiográfica, de localizar, organizar e traduzir documentos. Trata-se de leituras, de versões envoltas em grandes controvérsias de interpretação, cujo argumento advém em muito do lugar social e do lugar geográfico do narrador, da identificação dos interesses territoriais que acompanham seu ponto de vista. A localização (histórica e geopolítica) de quem fala é essencial para bem qualificar a fala, pois na verdade se trata de interpretações altamente valorativas e parciais. Na verdade, muitas vezes nos

deparamos com recriações dos fatos apoiadas numa filtragem minuciosa dos documentos disponíveis, onde o domínio da história e da fábula ficam pouco demarcados. Enfim, o estudo sobre os discursos geográficos acerca das colônias e das áreas periféricas fica complicado pelos choques de interesses nacionais, sociais e coloniais que comandam a feitura de tais textos. Não que as representações espaciais de outros lugares sejam isentas de componentes ideológicos, apenas nesses espaços tal característica exponencializa-se, ganhando um destaque comparável ao que permeia as regiões de fronteiras. Isto é, são situações em que a dimensão espacial ganha potência como veículo direto de produção e difusão de ideologias. Não se trata de elementos de ordem geográfica sendo utilizados numa argumentação ideológica, mas da própria forma de conceber ou propor a geografia já intuindo um conjunto de valores não explicitados (ou sequer apresentados diretamente).

Postos estes marcos preliminares, que na verdade expressam um exercício de particularização histórica, nos aproximamos de nosso objeto precípuo: a geografia no Brasil ou a geografia brasileira (outra distinção a ser mais bem problematizada). Cabe então adicionar novas mediações, introduzindo algo da particularidade histórica brasileira. Em primeiro lugar, vale salientar a centralidade da geografia, como prática material, na vida social das formações coloniais em geral e do Brasil particularmente.¹¹ A conquista espacial emerge aí como determinação fundante dessas sociedades, como pecado original das colônias, na medida em que a expansão territorial e o domínio de espaços se inscrevem como móveis básicos de sua própria objetivação. Enfim, a colonização – por ser um processo envolvendo diretamente a relação sociedade-espço – põe vários temas tratados pela geografia no centro de interesse da explicação da dinâmica das formações sociais criadas pela expansão ultramarina européia, e esse berço colonial atua como forte determinação nas formas ulteriores de desenvolvimento desses lugares.

A condição periférica marca profundamente a história brasileira em todas as suas dimensões. Seja no plano econômico, seja no político, seja no cultural observam-se características advindas

11. Sobre tal centralidade, consultar: Antônio Carlos Robert Moraes. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

de tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia-mundo capitalista. Esse caráter reativo manifesta-se como condicionante histórico também no campo das idéias e mentalidades, gerando uma cultura erudita que tem seus estilos e conteúdos definidos no exterior. A busca de legitimação pela adoção de modelos gerados noutros contextos ocasiona certo descolamento entre o mundo das idéias e a vida prática brasileiras, característica já apontada por várias interpretações da cultura nacional.¹² Enfim, a cada onda modernizante no país corresponde a importação de novas teorias do centro pela intelectualidade mimética da periferia, que nesse processo realiza também o seu ajuste de mentalidade.

E é em meio a esse quadro – ao longo do século XIX – que um campo geográfico começa a se conformar no Brasil, porém num processo muito marcado pela dispersão e pela falta de identidade disciplinar, logo, de grande indefinição institucional, com as idéias européias da geografia moderna emergindo nos diversos aparatos culturais existentes no país. Tal característica torna difícil e problemática a delimitação precisa da geografia e dos geógrafos no Brasil do período. Em termos institucionais, a discussão dos temas e das teorias geográficas pode ser encontrada tanto nas faculdades de direito, quanto nas de medicina e de engenharia, e também nos colégios e demais órgãos ligados ao ensino, e ainda em comissões de demarcações e outros organismos destinadas a serviços referidos ao território. Assim, os institutos geográficos existentes não monopolizam a prática desse saber, apesar de constituírem os embriões da institucionalização do campo disciplinar, servindo de ponto de convergência para a comunidade dispersa e não especializada dos pioneiros “geógrafos” brasileiros.¹³

12. Ver, por exemplo, Antônio Cândido. *Dialética da malandragem*. *Revista do IEB/USP* 6, São Paulo, 1971; e Roberto Schwarz. *Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem*. *Cadernos de Opinião* 13, São Paulo, 1979.

13. Ver: Perla Zuzmán. *Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Prolam/USP, 1996.

É interessante assinalar que, contrastando com esse quadro de dispersão institucional, tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico como o do Brasil, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro. Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o novo Estado nacional, numa situação em que quase metade da população era constituída de escravos: na dificuldade de identificar-se como uma nação, o Estado brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas.¹⁴

A partir da década de 1930, com a institucionalização do campo disciplinar (com a fundação dos cursos universitários da disciplina, do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, da AGB), fica mais fácil delimitar as fontes para a história da geografia no Brasil, o que não significa que a formulação de ideologias geográficas passe a ficar circunscrita a essas instituições especializadas. Ao contrário, a dispersão anterior e o enraizamento dos argumentos geográficos na cultura política levam a que a postura de restringir a análise dos discursos geográficos ao campo disciplinar traga em si a possibilidade de perder os enunciados de maior eficácia ideológica, seja na doutrinação patriótica ou em outros processos do universo simbólico nacional, seja na orientação da produção material do espaço brasileiro.

Aqui, a distinção entre “pensamento geográfico” e “geografia” retoma plenamente seu sentido, abrindo dois caminhos de pesquisa articulados e comunicantes, porém com balizamentos historiográficos distintos:

14. Ver: Lia Osório Machado. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: Iná Elias de Castro et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

- uma história das idéias geográficas no país, mais genérica, voltada para os temas e os argumentos geográficos que emergem fora do debate disciplinar e do campo da geografia. Seria, portanto, um capítulo da história do pensamento social brasileiro agrupando os discursos e reflexões que atentaram para o território e a geografia;
- e uma história da disciplina geografia, centrada na constituição do campo disciplinar institucionalizado no país. Isto é, como o capítulo brasileiro da história da difusão do campo científico autodenominado de geografia.

Enfim, o horizonte de pesquisa antevisto é vasto e ainda pouco explorado nos dois caminhos explicitados. Há muitas questões de interpretação teórica a serem respondidas, e numerosos levantamentos historiográficos a serem realizados para dar conteúdo a tais respostas. Se no início do texto apontou-se o perigo do fascínio do empirismo, cabe terminar questionando uma tradição epistemológica diletante e desprovida de bases históricas e filosóficas adequadas que se manifesta amiúde no debate teórico da geografia brasileira contemporânea. O rigor historiográfico e o aprofundamento metodológico emergem como salutares antídotos para essa ótica pseudofilosófica.

CAPÍTULO II

A GEOGRAFIA HUMANA COMO
HISTÓRIA TERRITORIAL

Vale começar salientando que diferentes métodos em ciências humanas adotam perspectivas históricas na análise de seu objeto. O que possibilita uma macrodistinção entre posturas metodológicas históricas e a-históricas. Contudo, a forma como cada método vai trabalhar o material histórico varia bastante de perspectiva para perspectiva, gerando mesmo proposições antagônicas no trato da história. Já foi comentada no capítulo anterior a concepção evolucionista da história, proposta pelo positivismo clássico, que concebe o movimento histórico como um percurso linear entre a condição de barbárie (o estado da natureza) e a civilização. Tem-se, portanto, a história como processo civilizatório único e progressivo, em cujo ápice se entronam as sociedades da Europa Ocidental.

Outra forma interessante de abordar a história emerge com o culturalismo romântico, mais atento à construção das histórias nacionais imemoriais, isto é, ao resgate de raízes culturais que justifiquem os agrupamentos políticos contemporâneos. Estes adotam uma visão retrospectiva, que busca no passado remoto traços que possam legitimar arranjos societários bem mais recentes. Nesse sentido, tal corrente é afeita a mitos de origem e heróis fundadores da nacionalidade. Não raro a geografia presta-se a tais mitificações (como na escola possibilista), indicando os habitats originais que geraram uma cultura singular.

Mais elaborada e complexa é a concepção neokantiana que quando se apossa da abordagem histórica, como na “sociologia compreensiva” de Weber, gera propostas elaboradas cujo denominador comum é o apreço pelo relativismo histórico (geralmente amparado em vastíssima erudição historiográfica).¹ Diga-

1. Ver: Max Weber. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

se de passagem que alguns dos mais importantes estudos do campo da história no último século estiveram, de modo mais ou menos explícito, amparados nesse posicionamento metodológico. Tal ótica abre mão da busca de sentidos e regularidades objetivas no movimento histórico, aceitando o acaso e a indeterminação como qualidades de um “real” sempre reconstruído pela razão.

Tal perspectiva recebe reforço teórico (no bojo de uma contestação), nos anos 60/70, com os instigantes trabalhos de Michel Foucault, que de fato trazem temas e abordagens efetivamente inovadoras para a análise histórica.² O método foucaultiano, se é possível falar nisso, salienta que a “história” (objeto) é necessariamente um “discurso”, isto é, uma memória e uma interpretação construída e difundida. Seria, enfim, um registro parcial e subjetivo dos fatos, estes para sempre perdidos enquanto objetividades. Vale apontar que as perspectivas pós-modernas também nutrem grande simpatia por este ponto de vista.

Não é no entanto o caso de tentar arrolar aqui as abordagens históricas existentes na atualidade das ciências humanas. Visávamos apenas demonstrar a diversidade de concepções, o que torna em meu entender difícil entabular uma crítica teórica ao “historicismo” como um todo, pois neste rótulo convivem perspectivas díspares, cada uma apoiada em seus supostos teórico-filosóficos e com seus objetivos ímpares.

Dessa variedade, se podem diferenciar posições metodológicas mais específicas, com forma própria de tratamento da história. Aqui interessa a historicidade materialista discutida numa perspectiva dialética, isto é, parte-se de uma postura de método que se pensa ontologicamente em termos históricos. Nele, a realidade é concebida como movimento incessante, no qual os fenômenos só podem ser apreendidos como processos em contínuo fluir, cabendo ao conhecimento buscar captar um sentido lógico e histórico em meio à diversidade das formas e das relações. A busca de tal sentido (*post festum*) não pode ser confundida com a atribuição de um senso finalista, teleológico, no movimento histórico. Até porque não se acata nenhum determinismo que possa antecipar o futuro.

2. Ver: Paul Veyne. Foucault revoluciona a história. *Cadernos da UNB*. Brasília, 1982.

Cabe detalhar melhor a ótica de tal visão da história, pois, mesmo no círculo de influência de um mesmo método, surgem interpretações díspares quanto ao tratamento a ser dado ao material histórico. No marxismo, por exemplo, a forma de se definir a categoria “modo de produção” permite distinguir ao menos duas concepções antagônicas:³

– de um lado, os que entendem o modo de produção como um modelo teórico, uma estrutura abstrata capaz de dar sentido ao movimento histórico de uma realidade empírica. Ele é, portanto, visto como uma lógica ordenadora que se sobrepõe à dispersão dos fatos históricos, tornando-os inteligíveis na relação;

– de outro lado, há os que concebem o modo de produção como um processo dotado de um sentido estrutural que o movimenta, instaurando relações específicas que exprimem uma dada lógica histórica. Ele é, portanto, uma dinâmica que dá ritmo aos fatos estruturais.

Não é o caso aqui de aprofundar essa polêmica questão, que foi levantada apenas para demonstrar como a simples referência a uma orientação metodológica não explícita de imediato procedimentos mais lapidados quanto a temas mais específicos. Interessamos aqui delinear uma visão dialética e histórica do temário clássico da geografia humana, qual seja, a relação entre a sociedade e seu espaço. Daí a necessidade de compor uma teia de fundamentos teóricos que sustentem a posição assumida: ver a geografia humana, em si, como uma modalidade de história.

Parte-se de uma tradição epistemológica que concebe a *totalidade* não como um macroobjeto – uma representação exaustiva que engloba o conhecimento de todo o existente – mas fundamentalmente como um recurso de método: um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados.⁴ Quando se entende que esta *visão totalizadora*

3. José Arthur Giannotti. Notas sobre a categoria *modo de produção* para uso e abuso dos sociólogos. In: *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

4. David Harvey, analisando a estrutura teórica de *O Capital*, faz uma interessante metáfora sobre o percurso analítico de Marx, o qual operaria por sucessivas problematizações dos elementos constitutivos da questão enfo-

opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise – em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados – pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma *ação particularizadora*, visão que fundamenta a possibilidade de abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas. Nestas, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho único de sua apreensão enquanto parte movente (e só enquanto movimento passível de ser apreendida) do real.

Tal entendimento leva a tomar a *particularidade* como campo de mediações, o que implica a possibilidade lógica da existência de variadas formas de abordar os fenômenos do mundo. Nesse equacionamento, a questão das diversas abordagens disciplinares fica mais bem esclarecida, pois conforme se despe a análise de pressupostos unicausais, maior se apresenta a multiplicidade do real e, em conseqüência, o número de mediações existentes no mundo. Mais claro fica também o entendimento da qualidade básica desta visão totalizadora: buscar a explicação do específico, sem isolá-lo. Isto remete a apreensões angulares da realidade, justificando recortes analíticos que não esgotam a temática tratada, mas contribuem para a explicitação da teia de mediações responsável por seu movimento.

Essa concepção fundamenta a possibilidade de diferentes campos disciplinares, formalizados nas definições de objeto das distintas ciências, cada um construído segundo pressupostos metodológicos previamente assumidos. Cada mediação particularizadora, em sua explicitação empírica e teórica, permite a abertura de uma discussão específica e relativamente autônoma. Assim, é possível defender abordagens próprias da geografia, e de outros campos disciplinares, e é o desenho genérico do objeto de reflexão e análise de uma perspectiva desse campo específico que se busca apontar nos parágrafos seguintes.

cada, num caminho em que um problema abre-se a partir do outro, numa sobreposição recorrente e não hierárquica, que lembraria o programa *Windows* de computação (*Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990).

Parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade com determinações específicas ímpares, atuando como elemento particularizador, em si uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo tal processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da *valorização do espaço*.⁵

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *universal*. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo *social*, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. Tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas. A vivência social do espaço cria *rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem.⁶ Tal característica fundamenta a condição de processo *mediador*, que retroage na interação com outros processos. Tem-se, assim, um espaço produzido herdado (formas pretéritas, estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra) que sobredetermina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana.

5. Antônio Carlos Robert Moraes & Wanderley Messias da Costa. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

6. Milton Santos. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978; e *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Assim, de modo angular, concebe-se a história (numa ótica geográfica) como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre. Relações cada vez mais complexas se entabulam entre os grupos sociais e os espaços que os abrigam, sejam os naturais ou os já transformados. Nesse sentido, o processo de valorização do espaço pode ser desdobrado em alguns processos mais específicos que convivem em diferentes arranjos ao longo da história.

Do ponto de vista lógico-histórico, a relação mais elementar seria a da *apropriação dos meios naturais*, aparecendo a superfície terrestre para as sociedades como um celeiro dos meios de subsistência e trabalho. A *transformação dos meios naturais* a partir de certo grau de intervenção põe novas qualidades e novas relações, como as originadas pela agricultura que, através do solo agrícola, mobiliza a superfície da Terra como diretamente um meio de produção. A estas relações pioneiras se agrega o processo constante de *reapropriação dos meios já transformados*, em que os grupos sociais se vêem envolvidos com espaços já qualificados como segunda natureza (isto é, como meios naturais que contêm a marca de trabalhos pretéritos).

Nestes três universos de análise, a relação da sociedade com o espaço confunde-se com seu relacionamento com a natureza (seja a “natural” ou a socializada), todavia, existem relações não naturais entre a sociedade e o espaço. Pois os seres humanos constroem ambientes artificiais, cuja naturalidade se limita à origem dos materiais empregados. Tal fato objetiva o processo de *produção do espaço (stricto sensu)*, que nomeia a criação destas formas eminentemente humanas (não naturais), que vão sendo depositadas na superfície do planeta ao longo da história. A durabilidade histórica de uma forma construída repousa em muito na quantidade de valor que lhe é agregada, no trabalho despendido em sua construção. Esses processos cumulativos e gradativos de acumulação *in situ* estão na base da fixação das populações nestas porções do globo que concentram formas/valor. Cada vez mais, os lugares são qualificados pelas heranças em espaços construídos que possuem; no passado contudo as condições naturais prevaleciam na definição das “vocações” locais.

Um último processo genérico a ser lembrado diz respeito exatamente à *apropriação do espaço produzido*, que implica a constante revivificação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente. Esse processo e o anterior recobrem aquele relacionamento entre os grupos sociais e o espaço que não se credencia como relação sociedade-natureza. Há que se frisar que, independente dessa distinção, são todos processos entabulados por atores sociais e objetivados pelo trabalho, o que qualifica a todos como modalidades do processo social e histórico de valorização do espaço, horizonte maior de exercício da investigação que ora se introduz.

Apropriação, fixação, perenização: características caras à perspectiva de geografia que se assume. Captar o movimento interno da produção do espaço – entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções – seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, a estruturação do espaço produzido com que se defronta uma sociedade em dada conjuntura. Esta segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude da filiação assumida com a perspectiva histórica. Assim, o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, este é que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso.⁷

Do mesmo modo que qualquer processo social, a valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um *processo histórico*. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si, denso de particularizações temporais e espaciais. Vale, contudo, salientar que a lógica geral do modo de produção não aplasta a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas

7. Antônio Carlos Robert Moraes. Fixação do valor e capital fixo. *Boletim Paulista de Geografia* 72, São Paulo, 1994.

(historicamente dadas) não explica – em si mesma – os processos concretos (localizados) de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções da superfície terrestre se impõe como imperativo no deslindamento desse processo. Isso fornece conteúdo próprio à perspectiva assumida de análise geográfica (da totalidade).

O imperativo espacial impõe-se, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos e naturais do planeta. A diversidade local é inicialmente resultante das formas locais da materialidade inorgânica (o domínio do mundo mineral e dos processos físico-químicos). Sobre este espaço físico diferenciado se desenvolvem as manifestações da vida biológica, introduzindo a variedade local da materialidade orgânica. A tal substrato natural diversificado sobrepõem-se heranças espaciais também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície da Terra. O trabalho morto fixa-se ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais. A valorização do espaço articula e unifica tais fatores, e ainda associa à dinâmica local estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares – através das pessoas – se relacionam. Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso a *formação econômico-social* é vista, nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente.⁸ O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

Em face desse equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações

8. Milton Santos. Sociedade e espaço: a formação econômico-social como teoria e como método. In: *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história.

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como hábitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como o lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si. E mais, equacionado como entidade movente – *formação* – resgata também a unidade dialética entre forma e processo, vital para a ótica geográfica que se busca.

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. E neste, ou melhor, em sua produção, às determinações mais especificamente econômicas associam-se injunções do universo da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço.⁹

9. Antonio Carlos Robert Moraes. Historicidade, consciência e construção do espaço. In: Sonia Barrios et al. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

Neste patamar, o estudo da valorização do espaço agrega também os elementos da análise de processos próprios do campo da política. Os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemônias, violências, enfim, são resultados de atos políticos. A produção do espaço agora sendo vista como processo teleológico, isto é, sustentado em projetos e guiado por concepções de atores sociais específicos. Logo, a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas. Nesse quadro, o discurso geopolítico, por exemplo, aparece como a fundamentação dos desígnios de um dos atores mais poderoso nesse jogo: o Estado.¹⁰ Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial.

Vale bem assinalar, a esta altura da argumentação, que o processo de valorização do espaço não é fruto de determinações econômicas *tout court*, ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência dos processos econômicos, condições muitas vezes mais dependentes das decisões políticas do que da economia.

Portanto, sem captar o jogo político que o objetiva, e as determinações político-culturais que o enredam, não se consegue entender em profundidade um processo concreto de valorização do espaço. O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais.

Enfim, a constituição do território pode ser um rico caminho para a análise da formação histórica de um país, pois a qualidade de sua inércia – o “prático-inerte” como conceituou Milton Santos – torna-o depositário não apenas de valores econômicos mas também de projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco. O fato de uma certa diretriz se inscrever no espaço é também uma prova maior de sua hegemonia, na objetivação das formas pode-se captar a vitória dos atores e dos desígnios e concepções que a idealizaram. A formação territorial é, pois, um dos elementos definidores da particularidade (agora pensada, por exemplo, na escala das “peculiaridades nacionais”).

10. Wanderley Messias da Costa. *Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1992.

Enfim, o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre, e, nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa.

Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, as determinações genéricas, fornecendo os macroindicadores que delimitam grandes períodos e iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e posicionamentos individualizados, interesses específicos, enfim, movimentos singulares. Tem-se, assim, dois planos de análise e reflexão, em cuja união se desenha o projeto de uma Geografia interpretativa, social e histórica.

CAPÍTULO III

ESTADO E TERRITÓRIO NUMA
PERSPECTIVA HISTÓRICA

Estado e território, dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território. Isto é, entre os qualificativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um *Estado territorial*.

A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurissecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno.

A reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do *território* da análise da *formação territorial*. Dominada por ótica positivista, que concebia seu objeto como um fato ou um produto, a geografia por décadas apresentou grande dificuldade para teorizar acerca de processos e dinâmicas. Apesar de Friedrich Ratzel, já no fim do século XIX, haver proposto o estudo da formação dos territórios como objetivo maior deste campo disciplinar,¹ na verdade os trabalhos empíricos da geografia humana

1. Os outros temas de interesse da “tríplice repartição do objeto geográfico”, segundo este autor, seriam: o estudo da influência das condições naturais

pouco se dedicaram ao exame da sua constituição histórica, tomando em geral os territórios existentes no globo como dados, numa abordagem estática e centrada no presente.

É interessante assinalar que os trabalhos de índole mais histórica, produzidos pela escola possibilista francesa, sempre adotam uma escala de análise que não corresponde à área de dominação espacial estatal, trabalhando geralmente com recortes regionais que circunscrevem espaços subnacionais. Nesse sentido, a abordagem histórica dos territórios, tomada na visão parcial da definição das fronteiras, acaba restando como temática exclusiva da geografia política e da geopolítica.² Por conseguinte, também a figura do Estado, e o tema da relação do Estado com o território, acabam sendo circunscritos a essa ótica e a esse subcampo específico da geografia humana.

É somente com a crítica ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias geográficas acordam para a necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passam a buscar abordagens processuais. Nesse enfoque o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Tal concepção resgata o diálogo da geografia com a história, na busca da explicação do que Milton Santos denominou com propriedade de “relações espaço-temporais”.³ São elas, ao mesmo tempo, elementos de particularização dos processos históricos, ao espacializá-los, e resultantes de determinações históricas que se materializam no espaço, os quais particularizam os lugares terrestres ao dar-lhes a marca da temporalidade dos usos sociais ali praticados.

Trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de

nas sociedades e a história da migração dos povos na superfície terrestre (ver: Antônio Carlos Robert Moraes. *A antropogeografia de Ratzel: Indicações*. In: *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990).

2. Ver: André Roberto Martin. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

3. Milton Santos. *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. Seleção de textos AGB I*, São Paulo, 1976.

materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. A análise sincrônica de tais processos num mesmo âmbito espacial – que envolve as dimensões econômica, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo. Tem-se, assim, o território como produto explicável pelo processo de sua formação, abrindo-se portanto para a ótica de conceber a geografia como uma história territorial.

Falar dos territórios contemporâneos é falar dos espaços de exercício do poder estatal principalmente. Estes já são resultados de uma temporalidade particular, cujo movimento – a partir da Europa ocidental – difundiu por todo o globo uma espacialidade política própria, consolidando a situação atual de vivermos num mundo totalmente repartido em Estados territoriais (que alguns até mesmo crêem, na atualidade, estar em vias de superação).⁴ Vale mencionar, que não se trabalha aqui com a visão antropológica do território, que o concebe como um espaço identitário, isto é, um lugar associado a uma identidade cultural qualquer em variadas escalas.⁵ Sem negar tal dimensão, vamos subordiná-la à escala específica do sentimento nacional, à identidade coletiva de pertencimento a um povo e a uma cultura própria.

É importante recuperar a história da formação dos territórios atuais, num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, movimento que a partir de certo momento (variável em cada caso, mas passível de ser periodizado em diferentes porções do planeta) cruza e amalgama-se com a questão nacional.

Isto é, o uso da “forma estatal-nacional de dominação social” como critério básico de legitimação da soberania territorial,⁶ na maioria dos casos emerge em processos de territórios já

4. Bertran Badie. *Fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

5. Sobre tal concepção, ver: Alessandro J. P. Ratts. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 1996; e Paul Elliott Little. *Cosmografias superpostas, territórios fractais: disputas territoriais nas fronteiras regionais amazônicas*. Tese de doutorado. Brasília: CEPPAC/UNB, 1996.

6. José Ramón Recalde. *La construcción de las naciones*. Madri: Siglo XXI, 1982.

em formação ou consolidados, substituindo formas anteriores vigentes, como por exemplo as referidas à legitimidade dinástica.

A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços.

Contudo, a apropriação de espaços e sua colocação na órbita de uma dada dominação política, que o qualifica como seu patrimônio, obedece sempre à lógica societária vigente, permitindo a identificação de padrões (historicamente delineados) de objetivação deste processo. Nesse sentido, o território estatal nacional é uma forma histórica específica.

Trabalhando na escala global (isto é, tendo em vista a ótica de circulação no espaço planetário), Immanuel Wallerstein afirma que a lógica capitalista na sua objetivação trouxe uma inovação significativa, gerando em sua difusão uma nova forma de organização socioespacial que superou o modelo imperial, até então vigente nos movimentos de expansão territorial dos povos.

A novidade introduzida pela forma *economia-mundo* residiria na convivência – no interior de um mesmo macroespaço de relações econômicas – de vários espaços de dominação política (cada um, em si mesmo, estruturado como um *império*). Isto induz um caráter policêntrico no comando político da expansão da economia-mundo capitalista.⁷ O que redundou num fortalecimento da identidade das unidades políticas no centro.

A espacialidade do Estado moderno, que está na base da formação dos territórios estatais-nacionais do século XIX, tem sua gênese no processo de centralização do poder que objetiva na Europa as monarquias absolutistas. Tal processo supera a extraterritorialidade que acompanha a estrutura política da ordem feudal, em que os Estados monárquicos se sustentam pelos mecanismos da vassalagem e da suserania, os quais impediam uma

7. Immanuel Wallerstein. *El moderno sistema mundial*, v. I. México: Siglo XXI, 1987.

efetiva centralização do poder na figura do rei, logo impossibilitando que este projetasse a área de sua jurisdição formal numa unidade territorial fixa e efetiva (constituindo assim um território, no sentido moderno). Tanto que a formulação filosófico-política que pioneiramente justifica o absolutismo, e o domínio territorial-estatal moderno, foi a *teoria da soberania*, elaborada por Jean Bodin no final do século XVI, cuja proposição básica diz respeito à indivisibilidade do poder num determinado âmbito espacial, o qual passa a delimitar um dado território como área de exercício de um poder soberano.⁸

Nesse sentido, o absolutismo promove um forte (e conflituoso) movimento de afirmação de fronteiras na Europa, que reforça a associação entre as casas reais e o domínio e o governo de certas porções do continente, num quadro no qual a legitimação da posse territorial era pactuada em termos dinásticos (garantidos pelo poderio bélico).⁹ A idéia de patrimônio territorial associado a um aparato estatal afirma-se, tendo por beneficiário a figura do monarca, bem expressa na metáfora de ver o espaço de dominação do Estado absolutista como o “segundo corpo” do rei. Apesar de ser formalmente propriedade real, o território do reino é na verdade um domínio estatal (situação evidente nos momentos de substituição de dinastias), que propicia uma referência para o desenvolvimento progressivo da noção de espaço público e da possibilidade de afirmação política de identidades coletivas de base territorial. Os apelos ao rei e às próprias cortes expressam elementos desse processo que identifica “partes” (constitutivas do império) no universo dos súditos da monarquia.¹⁰

Esta concepção patrimonialista de Estado territorial-imperial é também reforçada pela própria experiência do estabelecimento de colônias, que traz para a reflexão do governo absolutista problemas práticos de gestão do território e de manutenção de domínios externos. O padrão expansivo da economia-mundo cria suas formas específicas de expansão territorial e de apropriação de

8. Norberto Bobbio. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Ed. UNB, 1980.

9. Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1994.

10. Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

espaços, entre estas os “territórios coloniais do Antigo Regime”, objetivados pelos processos de “colonização moderna”, que acabam por configurar o “Antigo Sistema Colonial”.¹¹ Tais territórios constituem acréscimos dispersos e descontínuos do espaço metropolitano, que respondem a este comando externo e se consolidam na própria internalização dos agentes exteriores. A posse de áreas de dominação descontínuas (territórios coloniais) propicia que a monarquia se estruture como império (uma figura política geograficamente heterogênea), característica que apesar de diversificar a unidade político-territorial do Estado atua no reforço da identidade da administração central, sediada no espaço metropolitano. Assim, a formação do império pode ajudar a sedimentar a estrutura estatal de seu centro difusor, atuando na consolidação de fronteiras e de identidades estatais de base territorial na Europa.

As colônias são porções da economia-mundo, na qual se apresentam como partes subordinadas de um império, e, em conjunto, delimitam a verdadeira periferia do mundo capitalista. São figuras de uma territorialidade moderna, que tem por pressuposto uma consolidação estatal nos centros metropolitanos. Tanto que os países que só lograram uma unificação estatal nacional tardia (como a Alemanha e a Itália) ficaram fora da partilha do mundo colonial. Assim, foram os aparatos estatais pré-nacionais que sustentaram os processos de colonização moderna, os quais os reforçaram e renovaram. O caso da formação do império espanhol é interessante para mostrar a dosagem adequada entre centralização e colonização: segundo analistas, ao adotar uma visão geopolítica excessivamente imperial (voltada aos territórios descontínuos) o Estado espanhol se descuidou da consolidação do território metropolitano, estando em tal fato parte das causas de seu desalojamento como Estado hegemônico no século XVII e de sua posterior condição de “centro-velho” ou “semiperiferia” (nos termos propostos por Wallerstein).¹² Talvez a principal evidência do movimento de afirmação dos Estados territoriais, na Europa do

11. Fernando Novais. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais 4º Encontro ANPUH*, São Paulo, 1967.

12. J. H. Elliott. *La Espana Imperial, 1469-1716*. Barcelona: Vicens-Vives, 1986; e Pierre Vilar. *Tempos del Quixote*. In: *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona: Crítica, 1974.

século XVIII, seja o desenvolvimento da política econômica mercantilista, que pressupunha certo grau de definição dos espaços econômicos europeus em face das dominações políticas, em outros termos, a definição mais estabelecida dos contornos territoriais da jurisdição dos Estados. Idéias como a de “bem comum” (meta do bom governo) ou de “interesse geral” (fundamento das práticas protecionistas) pressupõem um âmbito espacial bem delimitado para sua elaboração e exercício. Michel Foucault considera que o aparecimento dos “tratados sobre a arte de governo” (que substituem as formulações políticas apresentadas no formato de “conselhos para o príncipe”) expressa um elemento importante de passagem da *epistemé* clássica para a moderna, já aparecendo nestes escritos mercantilistas a noção moderna de *população*, a qual é definida como o conjunto de habitantes de um dado território, o qual necessariamente se apresenta como uma unidade espacialmente delimitada.¹³

Enfim, o próprio desenvolvimento do comércio reforça a solidariedade econômica e a identidade das unidades políticas estatais européias. A teoria da balança de pagamentos – pedra angular da política mercantilista – necessita de espaços de referência bem estabelecidos para praticar direitos excludentes e demarcar alteridades políticas. O exclusivo colonial por exemplo, instrumento essencial desta doutrina econômica, para operar, necessita especificar a origem dos navios de comércio lícito, em que idéias como as de “naturais do Reino” ou “súditos de Vossa Majestade” começam a conformar identidades políticas de base territorial referidas a domínios estatais. Existem, portanto, raízes não nacionais (religiosas, lingüísticas, étnicas, etc.)¹⁴ que servem de referência espacial na constituição dos nacionalismos e na construção dos territórios nacionais, sendo a principal delas dada pelas repartições estatais pré-nacionais respaldadas nas soberanias dinásticas, seja ao afirmá-las (como nas monarquias constitucionais) ou ao negá-las (como nos movimentos republicanos), processo a ser analisado caso a caso.

13. Michel Foucault. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

14. R. D. Sack. *Human Territoriality, its Theory and History*. Londres: Cambridge, 1986.

As revoluções burguesas trazem uma nova forma de legitimação do domínio territorial expressa na teoria da *soberania popular*, peça importante na estrutura política do liberalismo clássico, para o qual o governo deve expressar a “vontade geral” do “povo”, este sendo qualificado como os habitantes de um dado território. Isto é, o “contrato social” fundante do poder estatal legítimo é pactuado dentro de um dado âmbito espacial delimitado: um “país”, uma jurisdição. A *Res Publica* possui fronteiras, no interior das quais vive sua população, que ao dotar-se de direitos de cidadania torna-se um *povo*, expressão política da *nação*. Daí a máxima contratualista: “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, que institui a nação como a única origem legítima do Estado. Inicia-se a era dos territórios estatais-nacionais, como visto construídos sobre as territorialidades que os precedem.

Como já bem salientado por rica bibliografia, as nações são construções culturais e políticas razoavelmente recentes.¹⁵ São construções simbólicas (“comunidades imaginadas”, na consagrada expressão de Benedict Anderson) que impulsionam projetos políticos práticos, como o do estabelecimento de *seu* espaço e da criação de estruturas de poder para sua manutenção e gestão. A implantação de um Estado-território próprio constitui elemento central deste imaginário e importante componente na consolidação das identidades nacionais, daí os pleitos territoriais e a forma nacional de legitimação do controle de espaços. A especificidade histórica da espacialidade do nacionalismo se expressa na noção de *pátria*, que constituiria a projeção geográfica do “povo” e o fundamento do território estatal-nacional, este visto como a expressão física da nação (seu hábitat, seu berço).

Como processos político-culturais, os nacionalismos se alimentam de símbolos e de discursos, necessitando criar representações que impulsionem sua existência, reiterando os elementos identitários que lhes deram origem. Aqui, o território/pátria cumpre importantes funções: seja como referência objetiva e física de

15. A caracterização histórica da nação é, todavia, matéria controversa: Eric Hobsbawm as toma como entidades políticas recentes (*Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991), já Hans Kohn as entende como “incubadas” desde a Antiguidade (*Historia del nacionalismo*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1984).

construção da própria identidade (ao localizar/delimitar a nação no espaço terrestre); seja como objetivo aglutinador de interesses nos pleitos territoriais e nas situações de ameaça externa à soberania nacional; seja ainda diretamente como elemento de mitificação, como nas teorias que fetichizam o território (por exemplo, nos discursos históricos que lhe dão uma existência imemorial, ou nas ideologias geográficas que o naturalizam). Enfim, no processo de “invenção de tradições” subjacente à afirmação das identidades nacionais na Europa, a geografia foi um rico manancial ideológico para os movimentos nacionalistas, e não poucas vezes argumentos desse campo disciplinar foram utilizados para justificar o controle e/ou aquisição de espaços pelos diversos Estados. No sentido acima aludido, o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva).

Cabe reafirmar que o controle de espaços periféricos e coloniais retroalimenta o ideário nacionalista, reforçando a identidade e a potência estatal da metrópole, agora estruturada como um Estado nacional. A acumulação primitiva gerada nestes espaços contribuiu significativamente para a estruturação das modernas economias nacionais. A apropriação de novas terras anima o Estado territorial, ao ampliar suas funções e seu horizonte de atua-

ção. Gerir os fundos territoriais sob seu domínio e utilizar o patrimônio natural neles contido emerge como tarefas básicas na consolidação dos países do centro capitalista. Enfim, a legitimação nacional não se conflita com a manutenção de impérios, ao contrário, é por ela estimulada.

Resta mencionar, terminando essa aproximação, que a fragmentação dos impérios a partir da Primeira Guerra Mundial implicou a consagração do Estado territorial como forma de organização política básica em todo o mundo.¹⁶ Assim, a tal fragmentação correspondeu uma proliferação de novos Estados territoriais (não necessariamente nacionais). Enfim, vivemos um mundo de países e territórios estatais, e de uma forma tão exclusiva que, não raro, se observam as fronteiras num mapa político do globo com se fossem acidentes geográficos da superfície da Terra, como se fossem linhas da mesma qualidade dos limites naturais (que assinalam rios e serras). Tal fetichização da fronteira representa a plena consolidação da forma de dominação estatal territorial na atualidade.

16. Montserrat Guibernau. *Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO COLONIAL E CONQUISTA DE ESPAÇO



Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. As razões que motivaram tal expansão são bastante explicativas das formas que assume a colonização, uma vez que a apropriação de terra realizada e os usos do solo introduzidos respondem às carências ou às potências que alimentaram a motivação para mover-se. Contudo, nem toda expansão resulta diretamente em colonização. Para que ela ocorra é necessário uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade (mesmo que historicamente transitória). A colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega àquele espaço. Daí, a incongruência primordial de se pensar o processo colonizador como uma oposição externo-interno, pois a colônia representa, em si, a internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade.

A colonização implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão, comumente localizados no centro difusor original. A inexistência deste centro torna o processo expansivo, não uma colonização, mas uma migração de hábitat, o que configura uma situação geográfica diversa (submetida a outras determinações).¹ Assim, à colônia corresponde a existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador. Portanto, as novas estruturas criadas no solo colonial devem responder funcio-

1. Max Sorre. *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion, 1955.

nalmente aos interesses da metrópole, aos quais estão subordinadas. A colônia deve ser um anexo territorial do território metropolitano, uma adição de espaço à economia do país colonizador.

As particularidades inerentes a cada Estado metropolitano já determinam a variedade dos processos de colonização e da estruturação dos aparatos coloniais. Cada país colonizador possui a sua geopolítica metropolitana, a qual orienta a organização do espaço imperial como um todo, numa lógica na qual cada colônia aparece como parte de uma estrutura que trabalha para o centro do sistema. As características da organização sociopolítica de cada Estado projetam-se nas instituições coloniais por eles geradas, dando uma marca dinástica (depois nacional) para cada processo colonizador. Houve empreendimentos totalmente privados, isto é, criados e sustentados por particulares articulados em grandes empresas de colonização (sendo paradigmático o caso holandês, no qual o Estado não tem participação direta no movimento colonial). Por outro lado, houve processos integralmente montados e impulsionados pelo Estado, o que faz da aventura colonial um empreendimento intrinsecamente estatal (como no caso da Espanha). E também ocorreram formas mistas, nas quais a delimitação entre a ação privada e a estatal não ficavam bem demarcadas (tanto Portugal quanto Inglaterra apresentam esta plasticidade em suas expansões coloniais). Enfim, distintas geopolíticas orientam a formação do mundo colonial extra-europeu.

A necessidade de estruturas militares de apoio à colonização emerge em todas as situações, sendo portanto elemento comum a qualquer processo colonial. Há um componente de violência que acompanha de forma inelutável a apropriação de novas terras quando estas possuem habitantes autóctones, pois eles devem ser submetidos ao novo poder que se instala. Em geral, tal apoio é conduzido pelo Estado, que aproveita a ocasião para reforçar seu controle dos territórios coloniais, com uma mais efetiva presença institucional (militar, jurídica e administrativa). Nas situações em que o controle militar escapa da órbita estatal, e fica subordinado aos agentes privados, observa-se a formação de estruturas senhoriais bastante autárquicas (o que levou alguns autores a identificar um “feudalismo colonial”).² Porém, mesmo os grandes senhorios

2. Sobre o debate acerca da caracterização das relações sociais coloniais, ver:

tendem a assimilação (por cooptação) quando se inauguram os aparatos de Estado na colônia.

O que cabe destacar é que a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados. A colonização é, antes de tudo, uma afirmação militar, a imposição bélica (mesmo que, num primeiro momento, diplomática) de uma nova dominação política. As estruturas produtivas preexistentes devem ser assimiladas à nova ordem, seja pela sua incorporação, seja pela sua destruição. São conhecidos os exemplos de sistemas tributários pré-colombianos na América, incorporados à estrutura produtiva da colonização hispânica (como o dos astecas). Em muitos casos, contudo, a colonização envolve a criação de novas estruturas econômicas, das quais a *plantation* é sem dúvida um dos melhores exemplos: uma forma produtiva criada pela expansão da economia-mundo capitalista, que retoma o escravismo como relação básica de produção.³

Assim, a colônia pressupõe o domínio territorial, e este possui um custo para o empreendimento colonial que necessita ser repostado para torná-lo viável. Isto é, a colônia tinha de gerar um retorno econômico do investimento que representava. O capital mercantil que impulsionou a colonização devia ser remunerado, num nível que se aproximasse do lucro médio do comércio europeu (levando em conta o alto risco do empreendimento). Nesse sentido, nem toda colônia possuía viabilidade para efetivar-se, várias paragens restando como *finisterra* da expansão européia (por exemplo, as “terras sem moeda” da América hispânica). Enfim, o processo colonial demandava uma retroalimentação, que só podia ser suprida pela apropriação de riquezas entesouradas ou pela exploração dos recursos naturais da terra. A presença ou ausência de tais insumos atuou como outra mediação particularizadora dos lugares no mundo extra-europeu.

José Carlos Chiaramonte. *Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica*. México: Grijalbo, 1983.

3. Sobre a diversidade de estruturas produtivas, ver: Enrique Florescano (org.). *Haciendas, latifúndios y plantaciones en América Latina*. México: Siglo XXI, 1975; e Álvaro Jara (org.). *Tierras nuevas: expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*. México: El Colégio de México, 1969.

O colonizador defrontava-se com realidades díspares nas variadas terras do além-mar. Em certos lugares se depara com sociedades antigas, numerosas e complexas, muitas vezes possuidoras de tecnologias bem superiores às utilizadas na Europa (caso da China, por exemplo). Em outras partes, são quadros naturais quase intocados que se apresentam, com populações errantes e pouco adensadas. Em algumas paragens, as condições naturais assemelham-se às vigentes em terras européias, permitindo o uso de técnicas similares de cultivo. O meio tropical, por outro lado, obriga a busca de novos procedimentos e a identificação de novos produtos. Enfim, a diversidade de situações locais imperava exigindo certa plasticidade e certa inventividade dos agentes coloniais para lograr êxito em suas instalações.

Em meio à variedade, alguns elementos destacavam-se como atrativos locais, podendo ser considerados verdadeiros vetores da colonização. A existência de estruturas produtivas em funcionamento, gerando produtos que possam ser qualificados como mercadoria em qualquer parte do império, emerge como uma dessas favorabilidades. Neste caso, a obra colonizadora se traduz na subordinação de tais estruturas e sua incorporação nos fluxos da economia metropolitana. Outro atrativo que não pode ser minimizado são os estoques populacionais. A existência de mão-de-obra local disponível aparecia como um *handicap* significativo para o empreendimento colonial, pois o desonerava da necessidade de realizar um povoamento laborial para tocar a produção, diminuindo seu custo de instalação e manutenção. Porém, a presença de populações numerosas e de organizações políticas mais complexas (estatais, por exemplo) também podia representar maior resistência à conquista, tornando-se obstáculo ao processo de colonização.

Vetor sempre positivo da realidade local é a presença de recursos naturais raros, com destaque para os metais preciosos. A existência do ouro ou da prata removia qualquer obstáculo à instalação colonial, pois a lucratividade do empreendimento sempre compensava o risco e o investimento. Assim, lugares extremamente insalubres ou distantes foram ocupados rapidamente quando dotados de reservas minerais valiosas (o que é bem demonstrado pelo Cerro de Potosí, a quatro mil metros nos Andes). Entretanto, o maior butim sonhado pelos conquistadores em toda parte era de-

parar com riquezas já entesouradas, um patrimônio líquido diretamente conversível. A apropriação do tesouro inca, por exemplo, é considerada por vários autores como o maior ato isolado da acumulação originária do capital.⁴ Nesta circunstância, o processo colonizador não apenas se autofinancia como proporciona lucro imediato considerável, o que anima sua velocidade de instalação.

Em qualquer situação, entretanto, o colonizador necessitava montar uma base de assentamento para suas operações, a qual – na sua perenização – constitui a origem do território colonial. A qualidade diferenciada das colônias repousa, em muito, no grau de sua inserção nos fluxos mercantis e na lucratividade que realizava. Nessa ênfase, diferenciam-se colônias de povoamento e de exploração. As primeiras, apresentam laços mais tênues com os circuitos comerciais, logo são mais autôcentradas e autárquicas, e atraem dissidentes religiosos e minorias culturais européias. As segundas, devem seu dinamismo às possibilidades de acumulação que propiciam, sendo os lugares do capital mercantil por excelência, os quais constituem na época os principais espaços capitalistas do mundo colonial. Contudo, tal distinção não deve ser radicalizada, pois povoamento e exploração dos recursos são processos articulados e complementares, importando mais para a análise da particularidade local o tipo de povoador predominante em cada colônia.

Na verdade, o sentido da colonização em cada território se estabelece numa conjunção entre a geopolítica metropolitana e as condições locais defrontadas pelo colonizador, notadamente no que tange aos contingentes demográficos e aos recursos naturais existentes, num jogo comandado pela lucratividade do capital mercantil. Ali onde existam atrativos comerciais e não se disponham de efetivos populacionais para tocar a produção, a colonização realiza ações de povoamento, geralmente embasada em migrações forçadas (no caso da América, de índios, africanos e mesmo de brancos pobres). Cabe mencionar que o trabalho compulsório – por meio de diferentes modalidades (servidão, escravidão, etc.) – é outro traço unificador dos processos coloniais na maior parte do globo.

4. Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

A ocupação do território colonial estrutura-se num padrão voltado para fora, isto é, a apropriação de espaços obedece a um itinerário que exprime o sentido prioritário dos fluxos (centrípetos do pontos de vista da colônia, e centrífugos na ótica da metrópole). O desenho espacial básico observado é o denominado de “bacia de drenagem”, em que um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto (lacustre, marinho ou estuarino) que articula os lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino. Obviamente, a pureza maior desse modelo é encontrável nas áreas com estruturas produtivas criadas pelo colonizador, pois onde ele se apropria de estruturas preexistentes deve assumir a especialidade nelas consolidada. Quanto mais ampla a área de drenagem e quanto mais intenso o fluxo praticado, maior será a importância do porto de referência na hierarquização dos lugares coloniais no interior de cada império.

A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaco. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concebidos como atributos do espaco, uma sorte de recurso natural local. Os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados – comandam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espacos desconhecidos atuam constantemente no imaginário colonial, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente na vida da colônia. O devassamento e a apropriação de novas terras aparece como um dos componentes constantes dos processos de colonização, os quais têm assim um caráter extensivo intrínseco. A existência de fronteiras de ocupação em movimento é, assim, outro elemento caracterizador da realidade colonial.

A atração do interior desconhecido alimentou uma rica mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espacos oníricos, que acompanha toda consolidação dos impérios coloniais. Alguns mitos são recorrentes, emergindo nos mais díspares contextos: são as “Ilhas Afortunadas”, o “Eldorado”, ou ainda a “Terra das Amazonas”. As “pegadas” de São Brandão por exemplo, como nos mostra Sérgio Buarque de Holanda,⁵ são identi-

5. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1985.

ficadas nos diferentes continentes. Enfim, buscava-se uma terra de abundância ou dotada de recursos mágicos (como a “fonte da juventude”), mas principalmente aspirava-se encontrar riquezas à flor do chão, tesouros prontos para serem apropriados. E essa imaginação fantástica animou expedições, e contribuiu significativamente para o conhecimento dos espaços extra-europeus, pois, motivado pelo mito, o colonizador adentrou-se nas hinterlândias de difícil acesso, embrenhou-se em florestas fechadas e atravessou desertos. Nesse sentido, pode-se concluir que os atrativos simbólicos imaginados atuaram fortemente na apropriação dos territórios coloniais, a conquista sendo impulsionada também por mitos e lendas.

O processo de colonização avança a partir de *zonas de difusão*, núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores. A consolidação destes núcleos numa rede, com o povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos regulares entre eles, cria a *região colonial*.

A colônia é, geralmente, composta de um ou alguns desses conjuntos regionais (preexistentes ou criados pelo colonizador). Porém, o território colonial vai além dessas unidades, incorporando também *áreas de trânsito* sem ocupação perene, e os lugares recém-ocupados com uma colonização não consolidada. Boa parte da vida colonial transcorre nestes espaços,⁶ que têm por marca o uso transitório e a ocupação efêmera, realizada por agentes sociais que têm por qualidade o deslocamento espacial contínuo.

Completando essa breve caracterização geográfica da colônia, resta falar dos *fundos territoriais*, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. Vale mencionar que, em vários quadrantes do mundo extra-europeu, tal

6. Laura de Mello e Souza. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais na verdade estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da metrópole, sendo portanto mais bem definidos como fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana.

O fato de esses espaços não estarem efetivamente colonizados não significa que não tenham sido objeto de partilha no âmbito da geopolítica intra-européia. Na verdade, os grandes Estados da Europa (conforme o período considerado, melhor seria dizer as grandes dinastias) repartiram o mundo extra-europeu, delimitando até mesmo os espaços de expansão potencial de seus impérios de além-mar. Com isso, definiram grandes áreas de jurisdição formal de cada metrópole, incluindo nelas grandes extensões de áreas de expansão futura, isto é, de fundos territoriais. Tais delimitações ancoravam-se em pactos diplomáticos e/ou em armistícios de guerra, necessitando de revisões a cada mudança da conjuntura geopolítica interna à Europa. Assim, a cada alteração da hegemonia européia assiste-se a uma redivisão do mundo colonial, e, dentro desta, a redistribuição dos fundos territoriais.⁷ Obviamente, em meio a estas jurisdições formais, subsistiam outras soberanias reconhecidas pelos colonizadores e verdadeiras “terras de ninguém” em termos geopolíticos. De todo modo, pode-se dizer que os espaços coloniais eram constituídos de *territórios usados* (emprestando um conceito de Milton Santos) e de *fundos territoriais*.

A colonização pode, finalmente, ser equacionada como um processo de valorização do espaço, realizando todas as modalidades já descritas de tal relação: apropriação de meios naturais, transformação de tais meios numa segunda natureza, apropriação destes meios naturais transformados, produção de formas espaciais, e apropriação do espaço produzido. A colônia, notadamente nos casos de uma instalação pioneira, expressa talvez melhor do que qualquer outro exemplo estes momentos de ação da sociedade sobre o espaço. Ocorre gradativa fixação de valor ao solo da colônia, cujo adensamento qualifica a região colonial. Tal processo, inevitável com a consolidação da colonização, acaba por contribuir

7. Ver: David K. Fieldhouse. *Los impérios coloniales desde el siglo XVIII*. México: Siglo XXI, 1984.

para a formação de um capital local, e este passa a desenvolver interesses que não necessariamente caminham no mesmo sentido do capital metropolitano.⁸ Assim, a partir de uma certa quantidade (que envolve uma nova qualidade) de capital fixado no espaço colonial, estão dadas as bases de movimentos econômicos auto-centrados, isto é, que perseguem objetivos próprios de realização e acumulação.

Pode-se, nesse sentido, considerar que as regiões coloniais mais dinâmicas constituíram os alicerces iniciais de construção dos Estados criados a partir das colônias, e os capitais locais desempenharam papel ativo nos movimentos de emancipação política efetivados. A gradativa constituição de um mercado interno colonial é apontada por alguns autores⁹ como o elemento básico de conformação de uma rede de lugares articulados por relações e interesses comuns, com especialização da produção local e forte divisão do trabalho interna à colônia. Os circuitos de complementação produtiva gerados nesse processo delineiam círculos de cooperação que relacionam espaços que, de forma cumulativa, tornam-se cada vez mais interdependentes. Desenham-se, assim, os prototerritórios dos projetos de rompimento com a condição colonial, isto é, a área reivindicada de jurisdição dos Estados a serem criados pelos movimentos de independência.

E óbvio que a variedade histórica desse processo foi imensa, sendo necessário desvendar toda uma série de particularidades para dar conta de cada movimento de emancipação específico. De imediato, cabe salientar tratar-se de um processo lento e com cronologia extremamente desigual do ponto de vista geográfico. Entre a independência dos Estados Unidos e a queda dos últimos bastiões coloniais na África ocorrem intervalo temporal de mais de dois séculos (os processos americanos são em sua maioria do século XIX, os africanos do século XX). Contudo, dadas certas carac-

8. Ver: João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

9. Carlos Sempat Assadourian. *El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espado econômico*. México: Nueva Imagen, 1983; e Juan Carlos Garavaglia. *Mercado interno y economía colonial*. México: Grijalbo, 1983.

terísticas gerais, é possível falar em *Estados de formação colonial* como uma particularidade histórica.

Para entender os processos de independência e a constituição dos Estados no mundo colonial, é fundamental bem captar as diferentes heranças presentes em cada caso. Cada processo envolveu não apenas motivações diferenciadas, mas ocorreu em meio a distintas conjunturas internacionais; entretanto, o novo Estado se constrói sempre sobre as estruturas econômicas, políticas e culturais preexistentes, isto é, herdadas do período colonial (para cuja funcionalidade foram erigidas). Portanto, as emancipações políticas das antigas sociedades coloniais podem ser entendidas como processos de superação em seu sentido pleno, isto é, de negação com assimilação. No geral, a condição periférica não se altera com o novo *status* político.

Tomando-se o caso americano, e seguindo a interpretação de Darcy Ribeiro,¹⁰ pode-se distinguir três situações típicas na formação das identidades “nacionais” neste continente. Tem-se os “povos testemunhos”, que constroem suas identidades remetendo a raízes de um passado pré-colonial, isto é, buscando um resgate histórico de laços identitários anteriores à colonização européia (o México e o passado asteca, ou o Peru e o império inca, aparecem como arquétipos dessa modalidade). Ao lado destes, aparecem os “povos transplantados”, que se manifestam naqueles territórios onde o processo de colonização apresentou origem nacional predominante dos povoadores, o que permite que se construa uma identidade a partir do país de imigração (a Argentina fornece bom exemplo no caso de imigrantes europeus, e a Jamaica oferece a melhor ilustração no tocante à imigração forçada de populações africanas).¹¹ A terceira situação recobre os chamados “povos novos”, gerados na mescla de influências dos diferentes povoadores da colônia, estabelecendo identidades específicas criadas no

10. Darcy Ribeiro. *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Ciro Flamarion Cardoso diferencia a “Indo-América” e a “Afro-América” (*O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo: Ática, 1988).

11. Os EUA. constituiriam um caso interessante de afirmação da nacionalidade por negação às raízes européias do colonizador (Lúcia Lippi Oliveira. *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000).

próprio processo colonizador (para Ribeiro, o caso brasileiro seria paradigmático desse último tipo).

As três situações, na verdade, mostram as dificuldades de equacionamento da questão nacional num contexto periférico pós-colonial. Nesse contexto, as identidades não são evidentes nem se amparam numa história imemorial ou numa cultura bem diferenciada. A sobrevivência de relações sociais muito assimétricas, herdadas da organização colonial, torna difícil falar em bem comum ou em vontade geral nestas sociedades, onde vigoram formas de trabalho compulsório (entre elas, o escravismo) e impedimentos sociais extra-econômicos (de raça, por exemplo). Em tais sociedades, o “povo” não abarca a totalidade da “população” do país, pois ali vigoram regras de exclusão na distribuição dos direitos de cidadania (tendo por situação-limite a dos escravos, que se caracterizam como “propriedades” e não como sujeitos políticos). Enfim, a legitimação do Estado emerge como problemática nestes contextos.

Nos países de origem colonial, a geografia adquire centralidade ímpar, pois se trata de formações criadas na conquista de espaços, de formações que tinham na apropriação das novas terras a sua razão de ser. Nesses países, o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social, que molda as instituições e as relações vigentes. Como visto, o espaço material e mítico atuou como elemento de dinamização e consolidação das regiões coloniais que deram origem aos novos Estados, e estes vão ter na manutenção dos fundos territoriais e na continuidade da expansão elementos fortes de legitimação. Por tais razões, as argumentações de índole geográfica ganham destaque no contexto periférico, com o território muitas vezes suprindo carências que a história e a estruturação da vida social negam ao processo de afirmação das identidades estatais pós-coloniais.

CAPÍTULO V

O ESTADO TERRITORIAL NO CONTEXTO PERIFÉRICO

Sabemos que as fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente tem em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado genético deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um constructo jurídico, sendo esta dimensão cada vez mais importante conforme avançamos na história (fato que, contudo, não anula a determinação anterior). E, finalmente, a fronteira é igualmente uma construção ideológica, no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assimiladas pelos atores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras – como visto – está, exatamente, em tomá-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre.

A forma moderna – estatal nacional – de organização política das sociedades implica uma definição clara e explícita dos âmbitos espaciais de exercício desse poder, ou seja, na conformação objetiva dos territórios. Por isso, a par da base militar, indispensável até hoje, a formação dos Estados nacionais necessita transitar bastante pelas instâncias de legitimação e convencimento. A afirmação moderna dos Estados passa cada vez mais pela afirmação de identidades nacionais que, por sua vez, necessitam de bases espaciais estabelecidas. O cidadão – fonte do poder legítimo numa democracia – é o habitante de um país, condição que o insere na comunidade de interesses representada pela nação. Nesse sentido, o conceito da soberania popular, derivada da cidadania (todo poder emana do

povo), envolve necessariamente a definição clara da população abrangida. E esta – como bem apontou Michel Foucault – se refere aos habitantes de uma delimitada porção de espaço. Porém, há necessidade de que tais habitantes interiorizem este sentimento de pertencimento a esta comunidade de interesses, enfim que assimilem e reproduzam a identidade nacional. Daí a doutrinação patriótica realizada pelos aparelhos ideológicos do Estado, notadamente pelo sistema formal de ensino. E nesse, o papel desempenhado pelas disciplinas de história e geografia é essencial. A pátria é, antes de tudo, um espaço e uma tradição.

Esta tradição é uma construção social sujeita às determinações de sua época, pois a análise histórica é sempre uma leitura dos fatos, e nesse sentido, passível de ajustes, esquecimentos e mesmo mistificações.¹ Max Weber já comentava que é por isso que se re-escreve continuamente a história, pois as interpretações veiculam idéias justificadoras dos interesses contemporâneos. A história da nação é, assim, sempre uma afirmação da nacionalidade, que no limite justifica a existência do Estado nacional e o exercício legítimo de seu poder. A ancestralidade construída serve, também, de elemento legitimador das fronteiras, sendo mesmo alçada – por alguns autores – à condição de único critério aceitável de definição dos limites do território de cada povo.² Nessa visão, somente a história poderia legitimar a unidade de uma nação e seu domínio territorial.

Nos países de formação colonial, a tradição (a história) é todavia, muitas vezes, incômoda. Daí o fato de, neles, as argumentações geográficas amiúde virem ao centro dos discursos que afirmam o Estado nacional. É no contexto de países de passado colonial, mais do que em quaisquer outros, que a geografia e a história se amalgamam na construção ideológica das identidades nacionais. Afinal, como visto, são países que se formaram num

-
1. Ver: Eric Hobsbawm & Terence Ranger (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 2. Esta é a visão presente nas concepções culturalistas do Estado (por exemplo, em Ernest Gellner. *Naciones y nacionalismo*. Buenos Aires: Alianza, 1991) e que aparece implícita na geografia possibilista francesa. Para Vidal de LaBlache, o mundo colonial não apresentaria fronteiras estáveis como as européias (Antônio Carlos R. Moraes. *Geografia. Pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2003).

processo de contínua conquista de espaços, numa adição de novas terras ao patrimônio espacial do colonizador. O apetite territorial sendo, assim, o elã da comunidade de interesses que impulsionou esse processo, seu elemento básico de identidade, sobre o qual, em muitos casos, vão apoiar-se os movimentos de emancipação e de afirmação da unidade política. Enfim, em tais países, Estado e territórios são termos de uma mesma equação, a que introduz a questão nacional.³

O primeiro incômodo observado nesse equacionamento diz respeito à própria constituição das sociedades que operam tal processo, marcadas por um nível tão alto de desigualdade que impede a caracterização (mesmo que formal) de um todo nacional, que agrupasse um segmento significativo da população como partícipes de um contrato social fundante da legitimidade do poder estatal. As formas de trabalho compulsório imperantes, as restrições raciais vigentes, tudo conspira contra a construção de uma imagem unificadora da nação nestes contextos. Ao contrário, a diferenciação e a meritocracia emergem aí como as características básicas de uma identidade negativa, isto é, construída no contraste e na exclusão sociais. Uma identidade não totalizante do ponto de vista do conjunto da população, antes excludente e fragmentadora, que divide a sociedade exatamente pela qualificação e distribuição de direitos políticos.

A vigência do escravismo, por exemplo, opera um seccionamento básico da população entre escravos e não-escravos, sendo tal clivagem estrutural nas sociedades onde vigora esta relação. Nesse contexto, é impossível que todo o efetivo demográfico do país seja qualificado como povo, uma vez que os indivíduos submetidos à condição de escravos não se apresentavam na arena pública como sujeitos políticos e sim como mercadorias, isto é, como propriedades de alguém. Nesse sentido, a vontade do cativo é anulada, e não se criam mecanismos ideológicos para convencê-los da legitimidade da ordem instalada (apesar de a igreja católica gerar argumentos específicos para tal público).⁴ O convencimento

3. Ver: Gopal Balakrishnan (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

4. O discurso do padre Vieira para os escravos é ilustrativo nesse sentido (Ver: Charles R. Boxer. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1981).

do escravo tinha por mecanismo básico de obediência o castigo, sendo o pelourinho o instrumento pedagógico por excelência nas sociedades escravocratas. Estas estruturam-se, por tal determinação genética, como sociedades de violência institucionalizada, que têm a vigilância como tarefa diuturna.

A vigência de relações escravistas marca a estrutura social como um todo, com suas determinações indo além do relacionamento entre senhor e escravo. Na verdade, todas as relações entre a população não escrava são marcadas pela presença da escravidão, que induz nesse segmento a geração de laços de identidade por diferenciação. Isto é, os indivíduos reconhecendo-se como iguais na oposição à condição de escravo, criando no contraponto laços identitários entre os livres. O compadrio emerge como o principal destes laços excludentes, agregando proprietários e trabalhadores livres numa comunidade de interesses apoiada nessa identidade negativa.⁵ Com base no compadrio se estruturam redes de clientelas, em cujo ápice assenta-se a figura do líder local ou regional: o coronel ou o caudilho. Essa rede alimenta-se do favor e das obrigações de obediência pessoais, compondo o essencial do tecido político de muitos Estados periféricos (notadamente na América Latina, onde coronelismo ou caudilhismo se tornaram termos centrais do vocabulário político).

Em sociedades que têm a diferenciação como norma de estruturação político-social, o discurso liberal clássico encontra dificuldades para se estabelecer como justificativa formal do poder estatal. Há uma impossibilidade estrutural de compatibilizar propostas universalistas e de afirmação de uma identidade comum com a desigualdade fundante da vida social. Neste contexto, o liberalismo fica deslocado, aparecendo como um discurso ornamental, sem referência imediata na prática política realizada.⁶ E a legitimação do Estado busca idéias e teorias que, de fato, justifiquem a situação existente, fazendo dessas sociedades um ímã de atração de formulações teóricas conservadoras e autoritárias. O racismo vai emergir em muitas partes como uma teorização ade-

5. Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB/USP, 1969.

6. Marco Aurélio Nogueira. *Desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

quada para justificar a ordem reinante, também o determinismo geográfico aparece com frequência moldando condicionamentos naturais intransponíveis na formação dos povos e dos Estados.⁷ Não raro, o meio tropical é qualificado como refratário a práticas democráticas, nessas argumentações das elites periféricas. Enfim, como falar de nação e de nacionalidade em situações como as comentadas? Como construir uma identidade comum em meio à diferenciação e à exclusão sociais gritantes? Como justificar o país, seu Estado, e suas fronteiras, fora dos moldes nacionais plenamente estabelecidos nos países centrais? Estas são as interrogações que se levantam de imediato no processo de constituição dos Estados modernos na condição periférica.

Como visto, a construção dos Estados periféricos se faz a partir das heranças coloniais existentes, seja no que importa aos sistemas de produção, à estrutura político-administrativa, ou mesmo à mentalidade vigente entre os operadores desse processo. Após efetivar o rompimento dos laços coloniais, tais agentes deparam-se com uma situação em que dispõem de um território e um projeto de Estado. Essa disponibilidade ancora-se num reconhecimento externo do processo de independência, o qual deve contar com a anuência das (ou, ao menos de uma) potências hegemônicas no cenário internacional. O domínio territorial e a existência do novo Estado, portanto, dependem em parte dessa aceitação externa, a qual não se opõe – antes se articula – à necessidade também de uma afirmação interna ao novo país. Na verdade, um jogo entre estes dois planos é sempre presente na análise empírica desses processos, os quais se concluem com a consolidação da soberania e do exercício do poder estatal internamente ao país e nas relações internacionais. Nunca esquecendo a afirmação inicial acerca do constante fundamento bélico do poder dos Estados na afirmação de suas fronteiras.

Em face da dificuldade de delimitar a nação e de gerar uma justificativa nacional, o Estado que se forma no contexto periférico pode ser definido como “territorial”, mas dificilmente como “nacional”. Como posto anteriormente, têm-se um território e um projeto

7. Ver: Paulo Mercadante. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

de Estado, cuja consolidação passa pelo fomento de alguma forma de identidade. E esta foi amiúde buscada em elementos passíveis de serem incorporados numa doutrinação patriótica, como a raça, a etnia, a língua ou o próprio território. Quanto mais fortes e disseminados fossem estes laços identitários, maior a facilidade na construção de uma unidade político-cultural. Onde faltavam elementos para qualquer nexos de coesão, a identidade foi alçada à condição de projeto, a ser construído junto com o próprio aparelho de Estado. Conforme as circunstâncias, a expansão territorial e/ou a ocupação do território puderam ser apresentadas como projeto nacional básico, dotador de sentido e de identidade para a existência do Estado.⁸

Em síntese, a formação do Estado muitas vezes sustentou-se num pacto em torno de um projeto “nacional” voltado para o futuro. Um pacto que amarrava as elites das regiões coloniais incorporadas no novo território num compromisso político comum, o qual teve sempre por fundamento supremo a reprodução do poder de mando dessas próprias elites sobre seus espaços de dominação, o que acarretava uma séria limitação para o referido projeto, no que diz respeito a mudanças substanciais na estrutura da sociedade. Os conceitos de “modernização conservadora”, “revolução restauração” ou “transformações pelo alto”, buscam dar conta da essência do pacto conservador, o qual se exacerba em ambientes periféricos.⁹ Perpetuação oligárquica e Estado patrimonial são faces do mesmo processo que, de berço, embaralhava interesses públicos e privados na gestão estatal na periferia. Assim, internamente, a possibilidade de formulação de um projeto nacional conhecia limites políticos bem-demarcados, os quais criavam elos de continuidade com a anterior estrutura de produção e de poder colonial.

Além dos limites internos, a elaboração de um projeto nacional também era limitada por determinações externas, advindas da inserção do novo país na divisão internacional do trabalho. A condição periférica emerge como severa limitação das potencia-

8. Ver: Túlio Haperin Donghi. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Ceal, 1992.

9. Carlos Nelson Coutinho. Gramsci e nós. In: *A democracia como valor universal*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

lidades vindas com a emancipação política das ex-colônias, representando o mais forte elemento de continuidade entre a situação colonial e a de país independente. Cabe lembrar que a periferia não é um estágio, ou um momento no processo de desenvolvimento do capitalismo, e sim uma função na estrutura de seu funcionamento. Isto é, a condição periférica expressa uma posição subordinada na hierarquia dos lugares na economia-mundo capitalista, à qual se associam certas atribuições específicas como a realização dos superlucros ligados às diferentes formas de acumulação primitiva. Estas geralmente assentavam-se num crescimento extensivo da economia, ancorado na expansão territorial que incorporava novas terras à valorização capitalista do espaço.

Os Estados construídos sob tal determinação apresentam peculiaridades irreduzíveis, sendo a principal delas uma fragilidade congênita decorrente dos limites (internos e externos) já examinados. Trata-se, portanto, de Estados frágeis no sentido geral das potencialidades do poder estatal, o que não significa que não sejam – muitas vezes – despóticos com as populações sob sua dominação política. São fracos comparativamente aos Estados dos países centrais, no sentido de que não realizam todo o espectro de ações por estes desempenhadas. E são frágeis, sobretudo, nas negociações nos fóruns internacionais e no confronto com os Estados centrais. Enfim, os Estados periféricos vivenciam com freqüência uma soberania meramente formal sobre seu território, não sendo raros os casos de ingerência estrangeira direta em seus domínios. A situação de subordinação a outros Estados mais poderosos (de quem se tornam uma espécie de protetorado informal) e a organismos supranacionais também aparecem como freqüentes na periferia.

O motivo da subordinação mencionada reside, primeiro, na dependência econômica vivida pelos países periféricos, que têm grande parte de sua produção comandada ou direcionada por interesses externos. Tal fato acarreta uma *performance* da economia nacional reativa aos ditames internacionais, a qual impede um pleno planejamento de seus destinos sem algum tipo de ruptura com essa posição subordinada. E a possibilidade de romper com a ordem vigente expõe a fragilidade central, do ponto de vista geopolítico: a inferioridade bélica em face dos aparatos militares dos países centrais.

Não poucas vezes, Estados tirânicos em suas relações internas revelam-se extremamente dóceis na arena da política externa, devendo boa parte da manutenção de seu poder local a essa docilidade nas relações com o exterior. Em síntese, quanto maior a fraqueza do Estado, maior a possibilidade tanto de sua manipulação por interesses estrangeiros como de sua utilização interna por interesses privados.

No geral observa-se, sob a condição periférica, ou a ausência da ação estatal na vida econômica (que, nessa circunstância, apresenta os assuntos públicos sendo assumidos por particulares) ou sua onipresença (com o Estado aparecendo como único negociador nacional em face do mercado internacional). Tem-se, assim, as situações antípodas: a plena centralização ou a forte fragmentação do poder político. Ou a vigência de um quadro combinatório, que tende a associar as características negativas das duas situações: autoritarismo e subordinação aos interesses privados. Não por acaso, a forma ditatorial de governo – oligárquica ou estamental (geralmente militar) – emerge como quase predominante no mundo periférico. E as fortunas pessoais amealhadas por ditadores dos diversos tipos aparece como a melhor ilustração da interpretação exposta.

Vale bem assinalar as razões que estimulam os países centrais do capitalismo a exercitarem continuamente esse controle político da periferia. Em primeiro lugar, cabe apontar o acesso aos fundos territoriais como uma motivação de grande importância na história deste modo de produção. A utilização atual ou futura de recursos raros e/ou escassos demanda essa possibilidade de acesso aos patrimônios naturais localizados – em sua maior parte – nos territórios periféricos. Nessas paragens acumulam-se os estoques de fontes minerais, vegetais e animais, passíveis de serem apropriadas como mercadorias pela produção capitalista. Daí, o imperativo de exercer um controle estratégico sobre estes espaços de expansão, amenizando ou anulando as fronteiras e as soberanias estatais vigentes.¹⁰ Enfim, os possíveis lugares de realização de uma acumulação primitiva futura devem estar acessíveis ao movimento do capital.

10. Franz Josef Brüseke. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: Clóvis Cavalcanti (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, São Paulo, 1997.

A segunda razão que motiva o controle dos Estados periféricos pelos países centrais deriva de uma função fundamental que deve ser operada pelos organismos estatais nesse contexto: a de adaptar o território nacional aos requerimentos postos pelos padrões de acumulação internacionais, a cada período técnico. Isto é, o ritmo e a dinâmica das economias centrais – em constante transformação – demandam periódicos ajustes nas estruturas produtivas alocadas na periferia, e tais ajustes têm por agentes principais de difusão os próprios Estados periféricos.¹¹ Estes suprem seus territórios das infra-estruturas e equipamentos requeridos por cada nova onda de penetração do capitalismo naqueles espaços. E, nesse sentido, é fundamental controlar a pauta de atuação de cada Estado da periferia, subordinando-o por meio de mecanismos variados, onde adquirem destaque a dependência financeira e a dívida externa. Vale lembrar a antiguidade do uso dos mecanismos apontados, assinalando que o início do endividamento dos países latino-americanos ocorreu em razão do financiamento dos próprios processos de independência.

Outras razões poderiam ser levantadas, porém as duas comentadas são as mais significativas na perspectiva geo-histórica adotada. Como observado, os países periféricos conhecem mudanças que não alteram a dependência e a subordinação, isto é, a condição periférica permanece em meio às transformações, justificando uma história específica da sociedade e do Estado na periferia. Suas realidades e seu movimento não são redutíveis a interpretações e conceitos gerados no estudo de processos ocorrentes nos países centrais, que não examinem suas determinações peculiares. A condição periférica expressa, assim, um conjunto de particularidades que necessitam ser consideradas na análise da história singular de cada país englobado em tal denominação. Existem, portanto, mediações próprias qualificadoras dessa condição, entre as quais as de cunho geográfico adquirem relevo ímpar.

A história do Brasil é exemplar no sentido mencionado. O país tem sido concebido como um espaço, cuja apropriação – erigida como projeto nacional básico – legitimou a ação do Estado

11. Wanderley Messias da Costa. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

desde sua gênese. Este, antes de tudo, teria por tarefa fundamental a defesa da soberania sobre os fundos territoriais de seu espaço e por meta sua ocupação. Nesse quadro, a questão da construção das fronteiras adquire importância ímpar, pois incide no cerne das argumentações legitimadoras da identidade nacional. A conquista territorial, posta como eixo estruturador da formação brasileira, conheceu várias formulações legitimadoras, uma das principais é expressa por meio de um personagem paradigmático, que tem na mobilidade espacial expansiva o seu elemento caracterizador: o “bandeirante”.¹² Assim, o processo histórico se exprime num tipo social específico ao qual corresponde um tipo de organização social peculiar, síntese da motivação expansionista fundante do Brasil. Nessa transposição – do processo ao tipo – a dominação espacial (elemento de causação) torna-se implícita no argumento, passando a ser vista como resultado (mais do que motivação) da ação bandeirante.

Ao conceber a conquista como um atributo do tipo social fundante da nacionalidade, pode-se tirar a questão territorial do centro da argumentação que vai construir a historiografia nacional. E a história oficial “brasileira” não vai ser contada numa ótica geopolítica, a ocupação do território sendo tematizada apenas por motivações econômicas ou políticas. Na verdade, tal questão emerge de forma episódica nas grandes obras da historiografia nacional, geralmente envolta numa concepção jurisdicista, que – tomando-a como história diplomática – só apreende o plano de legitimação jurídica na definição das fronteiras.¹³ De eixo motivador da colonização, a conquista de espaços torna-se questão menor, definida em grande parte na arena das relações intereuropéias (daí serem estabelecidas como as grandes datas da história territorial brasileira, as da assinatura dos tratados de Madri e Santo Ildefonso). Além disso, a interpretação da “justa” aplicação do princípio do *uti possidetis* na definição das fronteiras brasileiras, trazia seu herói implícito, aquele que “desbravando a natureza” e “combatendo índios hostis” havia dilatado a presença portuguesa

12. Silvia Lopes Raimundo. *A invenção do mito bandeirante. Tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2001.

13. Demetrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna-Edunesp, 1997.

nas terras sul-americanas, os bandeirantes: construtores do território e da “brasilidade”.¹⁴

Observa-se que a produção do espaço e a germinação da nacionalidade tornam-se processos indiferenciados nessa argumentação. Esclarecê-los, explicando suas efetivas interdeterminações, aparece então como básico para explicar a particularidade da história brasileira. Um caminho seguro de indagação é o estudo do papel do território na formação, legitimação e atuação do Estado no Brasil.

14. Monica Pimenta Velloso. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990.

CAPÍTULO VI

IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E
PROJETOS NACIONAIS NO BRASIL

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas.

A colônia representa a consolidação desse domínio, sendo assim o resultado da conquista territorial. Portanto, em tais países a análise geográfica ilumina importantes mediações no deslinhamento de suas particularidades históricas. E a história brasileira é exemplar nesse sentido.

Vale salientar que muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial. No caso brasileiro, a manutenção do escravismo como relação de produção básica bem atesta o afirmado, constituindo-se no principal elemento de continuidade na vida social e econômica do novo país. Assim, o passado colonial permanece, no que importa a sua vida política, como uma espécie de pecado original da sociedade agora independente. Porém a escravidão não é a única herança da colônia na conformação desse feixe de determinações que qualifica a condição periférica.

Na verdade, na formação brasileira todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos num país marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais. Tal particularidade revela interessante ângulo para se discutir as interpretações do país e os projetos nacionais que veiculam. Cabe iniciar apontando a influência dessa característica já no próprio processo de independência,

isto é, discutir tal processo na ótica da geografia, entendida como uma história territorial.

Se a manutenção do escravismo aparece como elemento de coesão entre elites bastante regionalizadas, sem dúvida também a manutenção do domínio sobre os fundos territoriais emerge como outro elemento agregador dos diversos interesses regionais, pelo fato de que todas as economias regionais vivenciavam processos ou perspectivas de expansão sobre tais fundos. Por isso, manter a integridade do território herdado da colônia, com as fronteiras estabelecidas nos tratados de Madri, Santo Idelfonso e Badajós, emerge como importante fator interveniente não apenas na agregação das elites, mas também na definição da forma monárquica – bastante atípica em solo americano – assumida para o novo Estado. Do ponto de vista da legitimação da soberania sobre o território legal da ex-colônia, a adoção da monarquia atuou como elemento facilitador do processo na arena internacional, uma vez que na Europa pós-napoleônica conjunturalmente restauravam-se certos elementos do Antigo Regime, entre eles a forma dinástica de legitimar o domínio territorial estatal.¹

A adoção da monarquia como forma de governo implicou uma continuidade dinástica que amenizava o fato emancipatório, visto como perigoso pelos Estados europeus possuidores de vastos impérios coloniais. A manutenção do Brasil sob domínio da Casa de Bragança permitia que o processo de independência fosse equacionado pelas monarquias européias como uma questão de família, principalmente na conflituosa conjuntura sucessória de Portugal na época. E de fato a soberania brasileira sobre os vastos fundos territoriais existentes no âmbito espacial conformado pelas fronteiras do período colonial não foi questionada na arena internacional, e já em 1825 até a antiga metrópole reconhece a independência brasileira.² Enfim, com a consolidação da emancipação política as elites brasileiras iniciam a instalação do

-
1. István Jancsó & João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos Guilherme Mota (org.). *A viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.
 2. José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contra-revolução*, v. 5 – A política internacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

novo Estado, num contexto em que dispõem de vasto território dotado de amplas reservas de espaços ainda não ocupados pela economia agora nacional e de população relativamente pequena e profundamente clivada pela vigência da escravidão (que, como visto, não apenas dicotomiza a sociedade como influi na própria sociabilidade praticada entre os homens-livres). Neste quadro de formação nacional tem-se um território a ocupar e um Estado em construção, mas a população disponível não se ajusta à identificação de uma *nação* conforme os modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos. No contexto, ao abandonar-se o caminho de construção da nacionalidade proposto por José Bonifácio (cujo eixo repousava na gradativa abolição das relações escravistas),³ começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade mas com seu território. Isto é, o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial.

Tal concepção enraíza-se no pacto oligárquico firmado entre as elites regionais que sustenta as bases políticas do novo Estado. Controlar a terra e o trabalho, e expandir fisicamente a economia nacional constituem os alicerces do pacto, que expressa bem a ótica geopolítica que o fundamenta. *Construir o país* é o mote ideológico que orienta um projeto nacional que, atravessando diferentes conjunturas e distintos atores políticos, firma-se como uma das metas hegemônicas na história do império brasileiro. A eficácia de tal ideologia advém do fato de agregar num mesmo enunciado um conjunto de valores caros às elites, entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal.

A idéia de construir o país atua em primeiro lugar como elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto *nacional* comum. A construção do país posta como obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os, atribuindo-lhes até mesmo um sentido maior (epopéico). Assim, tal mote serve como elemento de

3. Miriam Dolhnikoff. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de História/ FFLCH/USP, 2000.

identidade e de articulação nacionais. Em segundo lugar, a idéia de construir o país legitima plenamente a ação do Estado, pois lhe é atribuída a condução desse projeto, e pela magnitude da missão assumida justificam-se também seus traços autoritários, como o centralismo e o uso da violência. O Estado será o guardião da soberania e o construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país. A idéia em foco, além de bem costurar o poder das elites e do Estado forte, ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto, o povo sendo visto como instrumento na construção do país.⁴

Tal visão instrumental dos segmentos populares expressa-se claramente num debate que atravessa o pensamento brasileiro por todo o século XIX, adentrando nas primeiras décadas do século XX: com que povo contamos para construir o país. Toda a discussão sobre a política imigratória, por exemplo, tem esta questão como pano de fundo, também a política indigenista a tem como referencial. Seu equacionamento vai diferenciar duas posturas em face do futuro do país: de um lado, a retórica otimista apontando a positividade dada pela natureza e magnitude do território; de outro, o discurso pessimista difundindo juízos racistas sobre a baixa qualidade da população nacional. De novo a idéia de que o Brasil positivo é um lugar, cuja negatividade advém dos habitantes (o projeto nacional, em certo momento, sendo a substituição da população, leia-se: seu branqueamento).⁵

Enfim, a idéia de que o país não está pronto e de que urge construí-lo permite uma série de desdobramentos lógicos bastante úteis para o exercício do poder estatal ou privado. De imediato, qualquer contestação popular poderia ser qualificada como separatista e antinacional, pelo fato de que põe em perigo uma obra política ainda frágil, pois em formação e recente. Também a ideologização do destino do país encontra fértil fundamento em tal idéia, uma vez que qualquer sacrifício do presente pode ser creditado às necessidades da edificação de um futuro grandioso,

4. Marlyse Meyer. As descobertas do Brasil: um eterno retorno. *Cadernos do Ceru*, 13, São Paulo, 1980.

5. Marcos Chor Mayo & Ricardo Ventura Santos (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

de abundância. Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado.

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de *civilização*, atribuindo portanto à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como “representante das idéias da Ilustração”.⁶ Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade. “Integrar o índio” – ao se apropriar de sua terra – era parte do projeto civilizatório imperial.⁷ Povoar as áreas pioneiras com colonos brancos também contribuía para os objetivos almejados, num quadro que se acelera conforme avança a consciência acerca da extinção do tráfico negreiro.

A idéia de levar as Luzes para o interior longínquo acaba por conformar uma mentalidade em que a natureza e os meios naturais originais são associados à situação de barbarismo e atraso, ao passo que a devastação do quadro natural é entendida como progresso.

Tal visão é bastante funcional para justificar um padrão de apropriação do solo altamente dilapidador como o praticado no Brasil desde a descoberta. Um padrão, ao mesmo tempo extensivo e intensivo, que reconhecendo a existência de vastos fundos territoriais no país exercita-se com elevado nível de destruição de fontes e recursos naturais.⁸ Enfim, civilizar é uma outra forma de qualificar a expansão territorial, que reafirma as determinações da conquista colonial: apropriação da terra e submissão dos “naturais”.

6. Manoel L. S. Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1, Rio de Janeiro, 1988.

7. Antônio Carlos Souza Lima. *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

8. José Augusto Pádua. *A degradação do berço esplêndido. Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira 1786-1888*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1997.

As idéias aqui expostas vão aparecer em variados discursos e em diferentes propostas de distintos atores políticos e de diversos setores das elites ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, podem ser equacionadas como componentes da mentalidade vigente nas elites do país, os quais se expressam em ideologias e discursos singulares que lhes servem de veículo, num processo onde a reiteração de certos juízos “de fundo” (muitas vezes pressupostos das argumentações) acaba por reificá-los, ao alçá-los à condição de verdades inquestionáveis e inquestionadas. Daí a localização no campo mais amplo das mentalidades e não no das ideologias (mais específico). As concepções do Brasil como sendo o seu território, e da ocupação do espaço como a construção do país, estão entre estes juízos reificados no pensamento das elites brasileiras no período focado.

Por serem dominantes numa época tais juízos projetam-se nas formulações posteriores que os superam, constituindo o conteúdo do velho pensar que se reproduz (ao menos como referência negativa) nos novos discursos. Pode-se dizer que as primeiras décadas do século XX assistem a essa transformação de *epistémé* no pensamento brasileiro.⁹ E os anos 30 começam com um novo padrão de interpretação do país, transição já bastante estudada pela literatura especializada.¹⁰ Uma postura cientificista vai aos poucos hegemонizando-se e acaba por fazer a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associa a idéia de modernidade.¹¹ O papel catalisador que a noção de “civilização” cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de *modernização*.

Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território,

9. Bolívar Lamounier. Formas de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

10. Helena C. De Lorenzo & Wilma P. da Costa (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997.

11. Simon Schwartzman. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5, Rio de Janeiro, 1987.

dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno.¹² E o primeiro governo Vargas, notadamente no período do Estado Novo, opera a adequação do aparato estatal para realizar tal tarefa, com a criação de órgãos, programas e normas dedicados à execução de políticas territoriais.¹³ Diga-se de passagem que a ditadura varguista fornece bom exemplo de vigência da máxima: tutela do povo em nome da integridade do território.¹⁴

Entre os elementos a se destacar nas ideologias geográficas do Estado Novo salienta-se a mitologização da hinterlândia e a emergência da temática regional como central na interpretação do Brasil. Quanto ao primeiro ponto, vale apontar a inovação valorativa dada ao interior do país, que passa a ser visto – não mais como o sertão bárbaro – mas como a matriz da brasilidade e o santuário do verdadeiro caráter nacional.¹⁵ A proposta da “Marcha para o Oeste” induzia a idéia de uma segunda *conquista* do território pátrio, animando uma nova onda expansionista agora impulsionada pelo ideal da modernização. Observa-se a incorporação material das “novas terras” sendo novamente acompanhada pela violência que marca o avanço da frente pioneira, e de novo conhecendo uma apropriação simbólica do processo que o interpreta como uma nova epopéia na construção do país.

No que importa ao regionalismo, a ditadura Vargas não apenas realiza a primeira regionalização oficial do Brasil, como também assimila o conceito de região no vocabulário oficial do

12. Ver: Octávio Ianni. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasihense, 1992.

13. Luís Lopes Dinis Filho. *Território e destino nacional. Ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/ USP, 1993.

14. Milton Lahuerta. *O nacional como positividade: tutela do povo e domínio do território*. São Paulo, 1982, mimeo.

15. Candice Vidal e Souza. *A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

Estado.¹⁶ O apego a esse conceito pode ser explicado pelo fato de o Estado Novo primordialmente representar um movimento de centralização do poder estatal na esfera do executivo e da União, constituindo forte reação à tendência centrífuga do pacto federativo da República Velha, e, portanto, não podendo apegar-se às divisões estaduais tradicionais para o exercício do governo. Num país com a dimensão territorial do Brasil, tal exercício demandava escalas governativas intermediárias entre a esfera federal e o município, e a região se presta bem a tal papel, com a vantagem de ser uma subdivisão definida pelo governo central. Assim, Vargas define a brasilidade como o somatório das culturas regionais do país, concepção que estimula um surto de construção de identidades e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno.¹⁷

Pode-se dizer que, a partir desse período, a visão do país como seu território tem agregada um novo componente dado pelo recorte regional. E as regiões passam a constar da pauta do debate político das elites, não raro adquirindo *status* de agente coletivo de interesses ou mesmo de ator político, num processo em que o regionalismo acaba por desempenhar funções ideológicas bastante eficazes. A consolidação de identidades regionais no país possibilitou que, no pensamento das elites brasileiras, conflitos sociais fossem equacionados como disputas territoriais, isto é, que embates de classes sociais fossem tomados como luta entre lugares (repondo a visão geográfica da nação). Tal equacionamento enraizou-se rapidamente na mentalidade moderna em construção,¹⁸ repondo no novo paradigma velhas determinações da condição periférica.

16. Ver: George R. Oliven. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2, Rio de Janeiro, 1986; e Lúcia Lippi Oliveira. Repensando a tradição. *Ciência Hoje*, 38, Rio de Janeiro, 1987.

17. Álvaro L. Heidrich. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000; e Otávio Soares Dulci. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

18. Renato Ortiz. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Uma evidência de que tal visão, de novo, alçou-se ao plano da mentalidade reside na sua incorporação pelo próprio pensamento progressista do pós-guerra, também ele um exemplar veículo das ideologias da modernização. O equacionamento da *questão regional* nos anos 50 bem corrobora o afirmado, inicialmente em sua própria centralidade, ao se definir a superação das desigualdades regionais como o projeto nacional básico do país. Nesse contexto a região perde a positividade apontada no discurso estado-novista, e passa a ser avaliada negativamente como situação a ser superada, num equacionamento teórico cepalino que entende o desenvolvimento como homogeneização dos lugares. Junto com as características das culturas locais, também a hinterlândia volta a conhecer um juízo negativo, sendo novamente qualificada como o *locus* do atraso e da barbárie, os espaços nos quais o Estado deve concluir a construção do país, impondo a vida moderna.¹⁹

O governo JK e o Plano de Metas expressam um momento onde o ajuste entre as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado é total e explícito. O discurso e a materialização física das metas caminham em consoância, com a tarefa estatal de construir o país objetivando-se em agressivas políticas territoriais, num esforço de produção de espaços ímpar na história brasileira. A objetivação do velho projeto geopolítico de interiorizar a capital, associado a um extenso plano viário, completam no interior o esforço industrializante operado nas áreas centrais do país.²⁰ Uma nova divisão inter-regional do trabalho se estabelecia, ao mesmo tempo que se materializavam as bases físicas do mercado nacional, num quadro onde as regiões eram explicitamente definidas como objeto de intervenção estatal e o planejamento regional despontava como instrumento primordial de modernização do país. Nesse turbilhão de mudanças, em que se destaca um veloz fluxo urbanizador, e num contexto político mais democrático, a idéia de *povo* começa a ganhar peso na discussão da identidade nacional.²¹

19. José William Vesentini. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

20. Angela Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

21. Marilena Chauí (org.). *O nacional e o popular na cultura brasileira (seminários)*. São Paulo: Brasiliense, 1983; e Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1985.

O golpe militar de 1964 afasta tal discussão da esfera do Estado, reafirmando com força uma visão geopolítica da atuação governamental, que repõe integralmente a concepção autoritária que identifica o Brasil com seu território. A Doutrina de Segurança Nacional, que a fundamenta, cabalmente expressa tal entendimento ao qualificar o cidadão brasileiro contrário à ditadura como o “inimigo interno”, que põe em risco a integridade e a soberania do país. Além do mais, o lema do governo militar não deixa margem a dúvidas: a “integração nacional” como projeto básico, uma nova versão da velha ideologia da construção do país por um Estado forte. As noções de modernização e de desenvolvimento perdem seu componente social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infra-estruturas. A “região-problema” dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia.²² Pode-se dizer que a ocupação e ordenamento do espaço atuaram como eixo estruturador do planejamento governamental no período militar, um planejamento autoritário e profundamente centralizado. É fácil realizar uma leitura geográfica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, assim como é forte o conteúdo de geografia presente em outros documentos oficiais da época como o Plano de Integração Nacional ou o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, todos tendo na espacialização das ações previstas o elemento de articulação intersetorial. Essa visão centrada no território fica bem evidente na estrutura institucional do aparelho de Estado adotada pela ditadura, com o agrupamento de todas as políticas territoriais – pela primeira e única vez na história brasileira – num único órgão executor, no caso o Ministério do Interior, que englobava agências tão distintas (como o Incra, a Funai, o BNH, a Sema, as Superintendências de Desenvolvimento Regional, entre outras), sendo o nexos entre tais instituições o fato de todas operarem políticas de produção e organização do espaço.²³

22. Bertha Becker & Claudio Egler. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Berthrand, 1996.

23. Antônio Carlos Robert Moraes. Condicionantes do planejamento no Brasil; uma pontuação genética das dificuldades para a gestão ambiental. In: *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Annablume, 2005.

A ótica espacialista dos governos militares contribuiu para acentuar o divórcio entre Estado e nação que se sedimenta no período. É forte como metáfora, em 1974, a imagem na televisão, do então coronel Rubem Ludwig mostrando por meio de mapas que o partido governista havia vencido na maioria dos *lugares* do país, apesar de populacionalmente haver sofrido grande derrota eleitoral. Derrota essa que prenunciava o avanço das forças democráticas, as quais constróem o seu projeto nacional alternativo num contexto de grande crítica à atuação do Estado e, notadamente, do governo federal. Assim, a plataforma democratizante veiculava com ênfase a idéia de descentralização, associando o planejamento federal com o autoritarismo e, por contraste, elegendo o poder local como a instância democrática por excelência (sem avaliar empiricamente as características políticas da maioria das localidades brasileiras).²⁴

A Constituição Federal de 1988 espelha bastante essa mentalidade localista e antiestatista, que – de forma inovadora – não concebe o país numa visão integrada e total do território, e portanto não estrutura sua administração em bases geopolíticas. No tocante à gestão das políticas públicas assiste-se na Nova República a uma grande segmentação e setorização das ações e programas, num processo que já foi definido como de “balconização” do Estado.²⁵ Alie-se a isso, como um acentuador do processo, o fato de a democratização brasileira ter ocorrido num cenário de crise econômica e de forte recessão mundial. E, também em termos internacionais, de emergência das teses neoliberais, entre elas a proposta do Estado “mínimo” e da desregulamentação das economias nacionais. Vale mencionar que, na contramão, a carta magna brasileira define o mercado interno como “patrimônio nacional” em seu artigo 219. Contudo, o abandono da perspectiva de integração territorial fica evidente na substituição do

24. Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB/USP, 1969; e Raimundo Faoro. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1977.

25. Antônio Carlos Robert Moraes. *Federalismo, políticas públicas e planejamento da educação no Brasil: elementos para um diagnóstico geoescolar*. Brasília: MEC, 1993.

planejamento intersetorial pelo plano econômico na condução estratégica do Estado, com o espaço abstrato da economia (de fluxos, alta virtualidade, circulações imateriais) ocupando o papel do território no discurso e na prática governamentais.

Décadas “perdidas”, desmonte do aparato estatal, privatizações, fragmentação das políticas públicas são elementos associados a um conceito que começa a se hegemonizar nas últimas décadas: a *globalização*. Este conceito nomearia um movimento de novos e profundos ajustes nos espaços periféricos, constituindo segundo seus formuladores uma etapa superior da modernização que ultrapassaria os Estados, as fronteiras e os territórios.²⁶ Para os adeptos da ideologia globalizante só existiriam duas escalas na geografia do mundo contemporâneo: o local e o global. Nesse sentido, a espacialidade atual seria marcada pela desterritorialização da vida social, uma idéia cara para as perspectivas teóricas pós-modernas.²⁷ Enfim, cabe desconfiar desse súbito esvanecimento do território, que se acompanha do abandono da própria formulação de projetos nacionais, posto que se tornam sem significado num “mundo sem fronteiras” que se pensa como uma “aldeia global”.

Finalizando, cabe constatar que a política brasileira – na conjuntura recente – pela primeira vez pensada sem o território acabou por gerar níveis de conflito institucional interno de grande significado, que revelam graves fissuras no pacto federativo vigente. A guerra fiscal é um resultado de tal situação, também as várias disputas judiciais em curso entre os níveis de governo pela competência de legislar em diversas matérias, entre elas o uso do solo e a utilização dos recursos naturais. Não há como negar uma conjuntura de crise no federalismo brasileiro, chegando alguns autores a sugerir que se vive um processo de “fragmentação” da economia nacional.²⁸

26. José Eustáquio de Sene. *A globalização como fenômeno multidimensional e sua manifestação no espaço geográfico*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2001.

27. Renato Ortíz. *Um outro território. Ensaio sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'Água, s.d.

28. Carlos Américo Pacheco. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.

O desafio posto para a reflexão de uma geografia democrática na atualidade é o de pensar o Brasil como uma sociedade, dando nova qualidade à abordagem do território nacional, este devendo ser entendido como patrimônio da nação (e não sua razão de ser). O espaço brasileiro, com a naturalidade e os equipamentos nele contidos, deve ser avaliado como *handicap* do país no jogo da política internacional e como a base para a construção de uma nação mais justa. A superação do espacialismo autoritário não deve ser a supressão do território no ordenamento do projeto nacional, mas seu equacionamento adequado ao ideal democrático.